



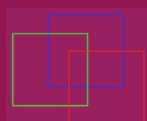
International
Labour
Organization

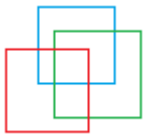
CPLP Workshop for the Development and Monitoring of Indicators on the Sustainable Development Goals (SDGs) Under the Scope of the Agenda 2030

From a South-South Perspective



 SUSTAINABLE
DEVELOPMENT GOALS





CPLP Workshop for the Development and Monitoring of Indicators on the Sustainable Development Goals (SDGs) Under the Scope of the Agenda 2030

From a South-South Perspective

Edited by: *Anita Amorim, Cristina Maldonado & Hassan Jaber.*

Venue: Headquarters of INE (Portugal Statistics Institute) Lisbon, Portugal

Dates: 4, 5 and 6 of December 2017



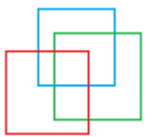
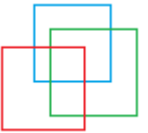
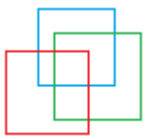


Table of Contents

PREFACE	4
I. Angola	7
1. Ponto de Situação (Angola).....	7
II. Brasil	12
2. Projeto de Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África.....	12
III. Cabo Verde	13
3. Inventariação dos Indicadores, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	13
4. As Boas Práticas do País em matéria de produção e seguimento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2030.....	30
5. Cooperação Sul-Sul “Instituto de Estatística dos Palops”	31
IV. Guiné-Bissau	32
6. Exemplo de boas práticas nacionais relativamente ao cumprimento dos ODS - caso da Guiné-Bissau	32
V. Moçambique	33
7. Boas Práticas em Moçambique: Plano de Acção para a eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil	33
VI. Portugal	34
8. Projeto ACTION/Portugal - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste	34
9. Cooperação Internacional do INE: em expansão nos últimos quinze anos.....	36
10. Harmonising the compilation of the consumer price index in Cabo Verde and Mozambique.....	39
VIII. São Tomé e Príncipe	42



**11. E-STP: Trabalho Digno e Crescimento Económico no âmbito do objetivo 8 dos
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)..... 42**



PREFACE

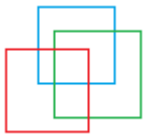
The CPLP and the ILO have signed a Memorandum of Understanding for cooperation in 2004 and have been working together in several areas since 2006 including social protection, the fight against child labour, labour inspection, labour statistics and social dialogue. Throughout the years, the political support of CPLP has highly contributed to turn this commonwealth into a key platform for ILO activities in each of those domains.

The Declaration that resulted from the XII Meeting of Ministers of Labour and Social Affairs of the CPLP in Maputo 2013, highlights the common goal to "strengthen support for south-south and triangular cooperation with a view to contribute to the implementation of the decent work agenda and its four strategic objectives in member states of the CPLP (...)". Additionally, the same CPLP summit decided to promote the exchange of experiences and information sources on the labour market aiming at the adoption of social and economic development measures under the framework of the post 2015 agenda. During that year, the ILO also organised a bipartite meeting in the context of the follow-up to the Maputo Declaration with the Employers' Confederation of the CPLP (CECPLP) and the Workers' Organisation of the CPLP (CSPLP) with the purpose of increased visibility to the good practices in south-south and triangular cooperation amongst workers and employers' organisations of Portuguese speaking countries.

More recently, after the Multistakeholder Seminar about the implementation of the Agenda 2030 in Portugal - which was promoted by the Ministry of Foreign Affairs in Lisbon in March 2017 - ILO- Lisbon organised a knowledge sharing meeting with statistical experts from the Portugal Statistics Institute (INE Portugal), the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security and the ILO Headquarters, including Statistics Director, Mr Rafael Diez de Medina. The meeting took place in Lisbon in the end of May 2017 and mainly focussed on the SDG Global Indicator Framework, the development of national indicators under the framework of Portugal's National Voluntary Review on the implementation of the Agenda 2030 and the preparation of the 20th International Conference of Labour Statisticians.

Following that meeting, the CPLP Presidents and Directors General of Statistics met in São Tomé e Príncipe in June 2017 under the scope of the VII CPLP Statistical Conference. In the meeting's Main Conclusions and Recommendations, those officials decided to incorporate the Sustainable Development Goals in a future Statistical Capacity Building Program within the CPLP adjusted to the needs of each Statistical Institute and in line with each country's national strategy for the Agenda 2030's implementation. The world of work was one of the priority areas in which synergies with other partnering agencies were to be explored. More importantly, the mentioned Statistical Capacity Building Program should include a training component to be provided by



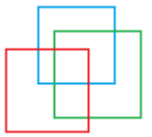


partnering agencies including the International Labour Organization. As CPLP's member-states range from all continents, the triangular cooperation dimension is very important.

This training course will seek to improve the knowledge of CPLP member countries in the field of labour statistics, and particularly, social protection and labour-related statistics as covered by the SDG Global Indicator Framework. It will also provide the participants with valuable information on each global SDG labour-market indicator, including methodology, sources at the national and international levels and data disaggregation. During the course, there will also be discussions on the SDG indicators reporting process, and the adaptation of the SDG Global Indicator Framework to each national context. In addition, the course will represent a great opportunity to share experiences and best practices in developing sound national monitoring systems, and to seek opportunities for south-south and triangular cooperation between CPLP countries on statistical issues related to the SDGs.

This paper present articles that were developed by workshop participants who have received a grant from the ILO South-South Cooperation Program for their participation.





I. Angola

1. Ponto de Situação (Angola)

Introdução

Os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), expressos em 169 metas e 230 indicadores, representam o eixo central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro 2015.

Os referidos objectivos irão orientar as acções nas 3 dimensões do desenvolvimento sustentável:

- a. económica,
- b. Social e
- c. ambiental - em todos estados-membros das Nações Unidas até 2030.

Objectivo Principal da Apresentação

Mostrar a metodologia e acções estratégicas de trabalho entre o INE-Angola e Parceiros para a produção de **indicadores sectoriais chaves e fiáveis para acompanhamento dos ODS**; Trocar experiência entre os países, nas acções nacionais ligadas aos ODS; y Reforçar a capacidade estatística e sistemas de dados nacionais para os indicadores dos ODS identificados como prioritários.

Actividades Realizadas INE-Angola

Em Julho de 2017 foi criado o Grupo Técnico do INE para a Viabilização dos Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (GTINEVIODS).

Missão: Desenvolver um quadro de indicadores para monitorar os objectivos da agenda de desenvolvimento pós-2015 a nível nacional;

Envolvendo os diferentes sectores e organizações, incluindo agências das nações unidas, comissões nacionais, academia, sociedade civil e outras organizações relevantes, a serem adoptadas pela Comissão Nacional para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável ou órgão equivalente a ser criado á nível do País;

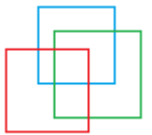
Gtineviods

Estrutura:

O GTINEVIODS é coordenado pela Directora Geral Adjunta e supervisionado pelo Director Geral do INE-Angola.

É constituído por 14 representantes das diversas Unidades Orgânicas do INE-Angola, representantes dos Serviços Provinciais do INE e dos (11 GEPES) Órgãos Delegados do INE e Outros Sectores Não ONDINE;

O GTINEVIODS realizará o seu trabalho de forma inclusiva, convidará os especialistas da sociedade civil, da academia e do sector privado a contribuir com seus conhecimentos e experiências sobre indicadores e métodos inovadores sobre compilação de dados.



Acções entre INE e Parceiros

Definir a metodologia e acções estratégicas de trabalho para a produção de indicadores sectoriais chaves e fiáveis para acompanhamento dos ODS;

Identificar as estatísticas/dados para implementação e revisão do progresso das políticas, planos e programas de desenvolvimento;

Criar sinergias (INE/Parceiros) na divulgação dos ODS (notas simples da vida quotidiana, que permitam à sociedade conhecer a importância dos ODS).

GTINEVODS E Parceiros

Objectivo Geral: Reforçar os sistemas estatísticos essenciais para o alcance dos ODS e o cumprimento dos compromissos da Agenda 2030.

Objectivos Específicos:

Identificar um conjunto de indicadores nacionais de qualidade, desagregados, comparáveis internacionalmente, para ajudar a medir os progressos;

Reforçar a parceria coordenada entre Governo, Sector Privado, Sociedade Civil, as Comunidades Académicas/Científicas, o Sistema das Nações Unidas e outros actores, mobilizando, assim, todos os recursos disponíveis para a implementação da Agenda 2030;

Desenvolver um plano de trabalho para produção e divulgação dos ODS.

ACTIVIDADES REALIZADAS :

Realizadas 4 reuniões de trabalho com objectivo de dar a conhecer o framework com os 17 Objectivos, as 169 metas e os 241 indicadores e partilha de documentos de apoio sobre ODS;

Criados 5 Subgrupos de Trabalho, cada um com uma média entre 3 a 4 Goals;

Cada Subgrupo está a identificar indicadores:

Existentes, conceitos e definições;

Possíveis de calcular dentro de 5 anos e;

Confusos (falta de metodologia/conceitos e definições)

ACTIVIDADES REALIZADAS :

Em cada Subgrupo tem um ponto focal (técnico do INE) que convoca e orienta as reuniões de trabalho restrito;

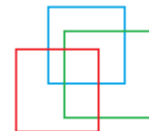
As reuniões alargadas do GTINEVODS é convocada pela Coordenadora-Directora Geral Adjunta do INE;

O INE suporta os encargos logísticos das reuniões (coffee break);

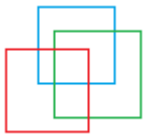
Estão envolvidos 70 técnicos (28 Instituições e Agências das Nações Unidas);

Actividades Realizadas:





DISTRIBUIÇÃO DAS EQUIPAS DE TRABALHO		
EQUIPAS	Objectivos - ODS	Ponto Focal
A	(1) Erradicar a Pobreza	Técnico INE
	(2) Erradicar a Fome	
	(8) Trabalho Digno e Crescimento Economico	
	(10) Reduzir as Desigualdade	
B	(3) Saúde de Qualidade	Técnico INE
	(4) Educação de Qualidade	
	(6) Água Potável e Saneamento	
C	(5) igualdade de Género	Técnico INE
	(16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes	
	(17) Parcerias para a Implementação dos Objectivos	
D	(7) Energias Renováveis e Acessíveis	Técnico INE
	(9) Indústrias, Inovação e Infraestruturas	
	(11) Cidades e Comunidades Sustentáveis	
	(12) Produção e Consumo Sustentavel	
E	(13) Acção Climática	Técnico INE
	(14) Proteger a Vida Marinha	
	(15) Proteger a vida Terrestre	

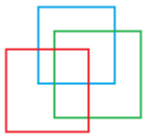


Target Description	Indicator Description	Indicator Value	Indicator Source	Indicator Source 2018-2030	Indicator Responsibility_National Level	UN Support Agency Based in Angola
8.1 Sustain per capita economic growth in accordance with national circumstances ...	8.1.1 Annual growth rate of real GDP per capita	• Annual percentage growth rate of GDP per capita based on constant local currency: -3.3% in 2016 • Value of real GDP per capita: US\$ 3,695.79 in 2015; US\$ 3,110.8 in 2016 (current US\$)	Source: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files	Contas Nacionais	INE/MECPLAN	UN Support Agency Based in Angola FAO UNHCR UNDP
8.2 Achieve higher levels of economic productivity through diversification, technological I.....	8.2.1 Annual growth rate of real GDP per employed person	• Value of real GDP per capita per employed person: US\$ 22,125.18 in 2015; US\$ 21,377.41 in 2016 (constant 2011 PPP US\$)	Source: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files	Contas Nacionais Household surveys.		
8.3 Promote development-oriented policies that support productive activities, decent job creation,	8.3.1 Proportion of informal employment in non-agriculture employment, by sex	The indicator is the share of informal employment in total non-agriculture employment refers to employment in informal jobs expressed as a percentage of total non-agriculture employment]	IEA 2009-2011	IDREA 2018-2019 e IEA (2020, 2021, 2022, 2023)	INE	

8.8 Protect labour rights and promote safe and secure working environments for all workers, including migrant workers, in particular women migrants, and those in precarious employment	8.8.2 Increase in national compliance of labour rights (freedom of association and collective bargaining) based on International Labour Organization (ILO) textual sources and national legislation, by sex and migrant status	As these are meant to be indicators of international LR, the 108 evaluation criteria and their corresponding definitions are directly based on the ILO Constitution, ILO Conventions No. 87 and 98 and the related ILO jurisprudence. The 108 evaluation criteria and groups are classified into categories. The five broader categories are: I. "Fundamental civil liberties," II. "Right of workers to establish and join organizations," III. "Other union activities," IV. "Right to collective bargaining," and V. "Right to strike." These categories are themselves split into violations of LR in law and in practice, yielding 10 categories all together (represented in the table as la , lb , etc.). In other words, most of the evaluation criteria representing violations in law have a partner representing violations in practice, and vice versa	See: UNStats categories. Available at: https://unstats.un.org/sdgs/files/metadata-Goal-8.pdf	Esclarecimento	INE/MAPTSS	
---	--	--	--	----------------	------------	--

8.4 Improve progressively, through 2030, global resource efficiency in consumption and production and endeavour to decouple economic growth from environmental degradation, in accordance with the 10-year framework of programmes on sustainable consumption and production, with developed countries taking the lead	8.4.1 Material footprint, material footprint per capita, and material footprint per GDP	Data is available from different national or international datasets in the domain of agriculture, forestry, fisheries, mining and energy statistics. International statistical sources for DMC and MF include the IEA, USGS, FAO and COMTRADE databases.		Esclarecimento		
	8.4.2 Domestic material consumption, domestic material consumption per capita, and domestic material consumption per GDP	Data is available from different national or international datasets in the domain of agriculture, forestry, fisheries, mining and energy statistics. International statistical sources for DMC and MF include the IEA, USGS, FAO and COMTRADE databases.		Esclarecimento		





<p>8.a Increase Aid for Trade support for developing countries, in particular least developed countries, including through the Enhanced Integrated Framework for Trade-Related Technical Assistance to Least Developed Countries</p>	<p>8.a.1 Aid for Trade commitments and disbursements</p>	<p>Aid for Trade commitments: US\$ 202.92 million (in 2015, at current prices) Aid for trade disbursements: US\$ 212.04 million (in 2015, at current prices) Source: OECD, QWIDS Query Wizard for International Development Statistics</p>	<p>Dados administrativos</p>			
<p>8.b By 2020, develop and operationalize a global strategy for youth employment and implement the Global Jobs Pact of the International Labour Organization</p>	<p>8.b.1 Total government spending in social protection and employment programmes as a proportion of the national budgets and GDP</p>	<p>Total government spending on social protection, as stated in the Angola state budget 2017: AOA 760,370.15 million (budgeted); AOA 543,987.66 million (executed)</p>	<p>Dados administrativos</p>	<p>MINFIN; MAPESS</p>	<p>MINFIN; MAPESS</p>	

DESAFIOS

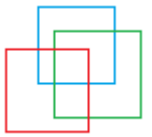
Relatório Estatístico Com Indicadores Ods Chaves

Elaboração de relatórios Anuais de seguimento que reflectem o estado de avanço dos trabalhos

- Integração com os programas sectoriais e nacionais de desenvolvimento;
- Reforço da capacidade estatística sectorial na produção de indicadores fiáveis internacionalmente comparáveis;
- Facilitar a elaboração do Relatório Nacional sobre ODS

Conclusão

- Faltam criar definições e conceitos de alguns indicadores;
- Apoio para mensurar os indicadores (8.4.1, 8.4.2 e 8.8.2) identificados como menos esclarecidos/confuso;
- Grandes desafios para mensurar ODS (13, 14, 15 e 17), identificados como mais complexos;
- No que diz respeito aos ODS, há uma toda necessidade de engajarmos todas as forças, para o alcance dos indicadores propostos.



II. Brasil

2. Projeto de Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África

O Projeto é uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) e os Institutos Nacionais de Estatística de Cabo Verde e do Senegal. A iniciativa visa a capacitar técnicos de tais países de acordo com a metodologia brasileira de censo desenvolvida pelo IBGE, sempre atento a possíveis e necessárias adaptações aos contextos daqueles países.

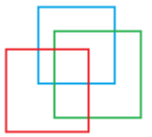
A cooperação técnica entre países sob a perspectiva Sul-Sul (promovida pelo Brasil e aplicada no Projeto) promove o adensamento das relações entre os países e ensina o compartilhamento de conhecimentos e técnicas, sob uma perspectiva de horizontalidade, de aprendizagens recíprocas e, sobretudo, de compreensão da realidade social e respeito à soberania dos povos. Especificamente com relação às capacidades técnicas que se deseja desenvolver por meio da cooperação Sul-Sul no Projeto, destacam-se:

- (a) o fortalecimento das capacidades nacionais para produzir, analisar e disseminar dados populacionais e indicadores que contribuam para as políticas, planos e programas em nível nacional e internacional; e
- (b) a construção e expansão de parcerias, sejam público-privadas, Norte-Sul (esta com países ditos desenvolvidos, em que há basicamente a transferência de conhecimento, numa relação assimétrica entre doador e receptor), triangular (envolvendo organismos internacionais, ONGs, etc.) ou Sul-Sul (mormente junto a outras instituições nacionais de terceiros países africanos interessados em aprender a metodologia do IBGE adaptada aos Centros de Referência, expandindo, assim, os esforços de Cooperação Sul-Sul por todo o continente).

Espera-se que os Centros de Referência promovam o desenvolvimento de recursos humanos, incluindo a formação e o intercâmbio de experiências e conhecimentos, a transferência de conhecimentos e assistência técnica para o desenvolvimento de capacidades, e que estimulem o estabelecimento de iniciativas complementares de cooperação técnica e científica com terceiros países. A formação de Centros de Referência em Censos, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, qualifica os países a obterem mais e melhores informações nos temas de população e nas questões decorrentes que influenciam todos os aspectos do desenvolvimento.

Caberá ao IBGE e a seus especialistas envolvidos diretamente na consecução do Projeto, portanto, a responsabilidade pela implementação técnica compartilhada das ações de cooperação previstas, com destaque para a realização das capacitações e dos produtos técnicos (estudos, análises, etc.), o que inclui a análise e a aprovação, em conjunto com os parceiros, de termos de referência específicos vinculados a tais ações.

No período de 13 a 24 de novembro de 2017 foi levado a cabo a primeira etapa do projeto, que constou do treinamento presencial nos Institutos de Estatística de Cabo Verde e do Senegal. Uma equipe de 12 técnicos do IBGE ministrou o treinamento dos técnicos dos referidos institutos, que serão encarregados de utilizar os conhecimentos adquiridos, quando da realização dos censos de população e habitação em seus países, bem como transmitir tais conhecimentos, aliados às experiências adquiridas, aos demais países do continente africano que desejarem e se propuserem a utilizar a coleta eletrônica de dados na realização dos Censos.



III. Cabo Verde

3. Inventariação dos Indicadores, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Enquadramento

O presente relatório apresenta o resultado da inventariação feita pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE-CV), a nível nacional, dos indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes na **Agenda 2030** aprovado pelo Estados Membros das Nações Unidas, na Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque, no dia 25 de Setembro de 2015.

O documento final do processo do pós-2015 apresentou uma lista de 17 Objetivos dos ODS, 169 metas e 230 indicadores construídos para fazer acompanhamento e avaliação na implementação dos ODS que vigoram desde 1 de Janeiro de 2016. Segundo a declaração do Secretário-geral das Nações Unidas, estes “irão orientar as decisões que tomaremos nos próximos 15 anos”. A lista de indicadores tem sido alvo de algumas atualizações, pelo que nesta inventariação utilizou-se a lista de Julho de 2017, constituída por 244 indicadores.

A Agenda 2030 não é a única referência para o desenvolvimento no futuro. Outras agendas como por exemplo a **Agenda 2063 para África**, **SAMOA**, **Pattway**, já foram definidas e assumidas como instrumentos de referência regionais para o desenvolvimento do futuro, de acordo com as especificidades e necessidades regionais.

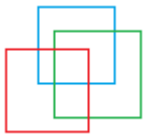
O documento final da Agenda 2030 refere-se, de forma explícita, às estatísticas como sendo um instrumento decisivo para implementar os ODS e para monitorizar o progresso que os Governos estão a fazer.

Deste modo, o documento insiste na necessidade de “dados de alta qualidade, oportunos e fiáveis, desagregados por rendimento, género, idade, raça, etnia, situação migratória, deficiência física e localização geográfica”.

Neste sentido, o INE-CV, como órgão central de produção de estatísticas oficiais, tomou a iniciativa de inventariar e identificar os indicadores da Agenda 2030 aplicáveis ao contexto nacional e produzidos pelo Sistema Estatístico Cabo-verdiano, dando assim o seu contributo à “nacionalização da referida Agenda” e na disponibilização dos indicadores para o seguimento da mesma em Cabo Verde.

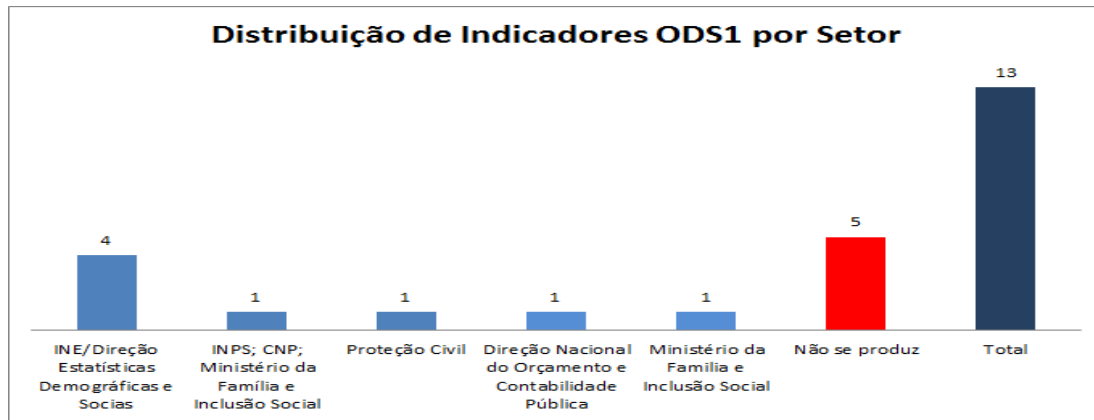
Objetivo 1: Erradicar A Pobreza Em Todas As Suas Formas, Em Todos Os Lugares

Para o primeiro objetivo, observa-se que dos treze (13) indicadores construídos para o cumprimento das diferentes metas, 8 são produzidos pelas entidades nacionais, distribuídas de acordo com o gráfico 1. Os cinco (5) indicadores que ainda não são produzidos são: “**C010402**: 1.4.2 *Proporção da população adulta total com direitos de posse segura de terras, com documentação legalmente reconhecida e que percebem seus direitos de terrenos como seguros, por sexo e por tipo de posse*”; “**C010502**: 1.5.2 *Perda económica direta atribuída a desastres em relação ao produto interno bruto global (PIB)*”; “**C200305**: 1.5.4 *Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres*”; “**C010a01**: 1.a.1 *Proporção de recursos gerados internamente, atribuídos pelo governo diretamente aos programas de redução da*



pobreza” e “C010a02: 1.a.2 Proporção do total de gastos do governo em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)”

Gráfico 1-Indicadores ODS 1

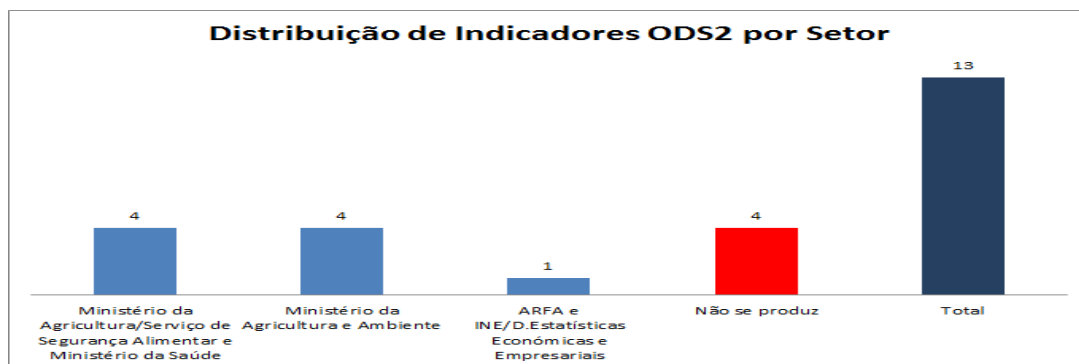


Fonte: Setores

Objetivo 2: Erradicar A Fome, Alcançar A Segurança Alimentar E A Melhoria Da Nutrição E Promover A Agricultura Sustentável

Dos 13 indicadores definidos para este objetivo, verifica-se que 9 são produzidos por entidades nacionais, sendo a maioria da responsabilidade do Ministério da Agricultura e Ambiente (Gráfico 2). Os quatro indicadores que ainda não são produzidos são: “C020101: 2.1.1 Prevalência de subnutrição”, “C020502: 2.5.2 Proporção de raças locais classificadas como em risco, não em risco ou em nível desconhecido de risco de extinção” e “C020401: 2.4.1 Proporção de área agrícola em agricultura produtiva e sustentável”. Para este último indicador, segundo o Ministério da Agricultura e Ambiente, ainda não temos uma política agrícola virada para a avaliação da sustentabilidade, mas sim para agricultura de subsistência. Para o último indicador que não é produzido “C020302: 2.3.2 Rendimento médio dos produtores de alimentos em pequena escala, por sexo”, segundo o responsável das estatísticas do Ministério da Agricultura, está-se ainda em estudo para decidir em qual inquérito o integrar.

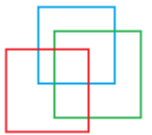
Gráfico 2-Indicadores ODS 2



Fonte: Setores

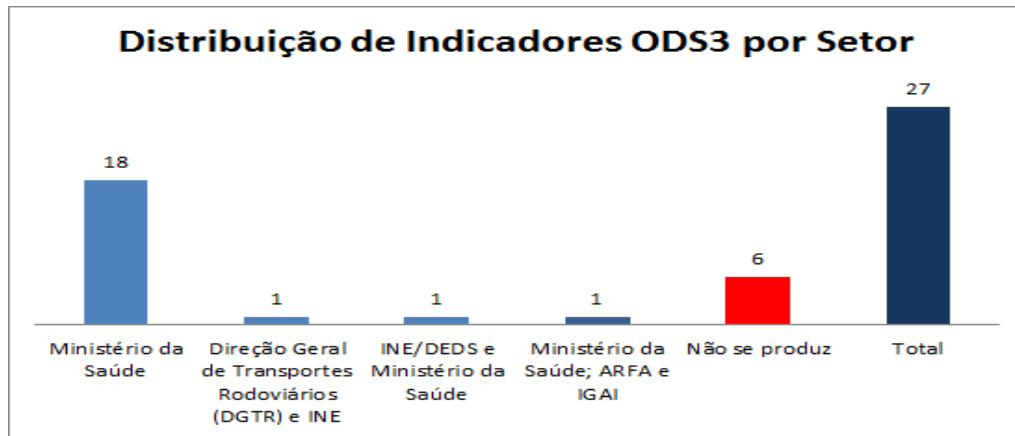
Objetivo 3: Garantir O Acesso À Saúde E Promover O Bem-Estar Para Todos, Em Todas As Idades

Dos 27 indicadores identificados para este objetivo, 21 são produzidos por entidades nacionais e 6 não são produzidos. A maioria destes indicadores é produzida pelo Ministério da Saúde. Os 6 indicadores que não



são produzidos são: “**C030502**: 3.5.2 *Uso nocivo de álcool definido, de acordo com o contexto nacional, como consumo de álcool per capita (com idade igual ou superior a 15 anos), em um ano civil, em litros de álcool puro*”; “**C030901**: 3.9.1 *Taxa de mortalidade atribuída à poluição ambiente e doméstica do ar*”; “**C030902**: 3.9.2 *Taxa de mortalidade atribuída a água insegura, saneamento inseguro e falta de higiene (exposição a serviços inseguros de água, saneamento e higiene para todos (WASH))*”; “**C030903**: 3.9.3 *Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação involuntária*”; “**C030a01**: 3.a.1 *Prevalência padronizada da idade do tabagismo atual entre pessoas com 15 anos ou mais*” e “**C030b02**: 3.b.2 *Assistência líquida total de desenvolvimento oficial à pesquisa médica e aos setores básicos de saúde*”.

Gráfico 3-Indicadores ODS 3

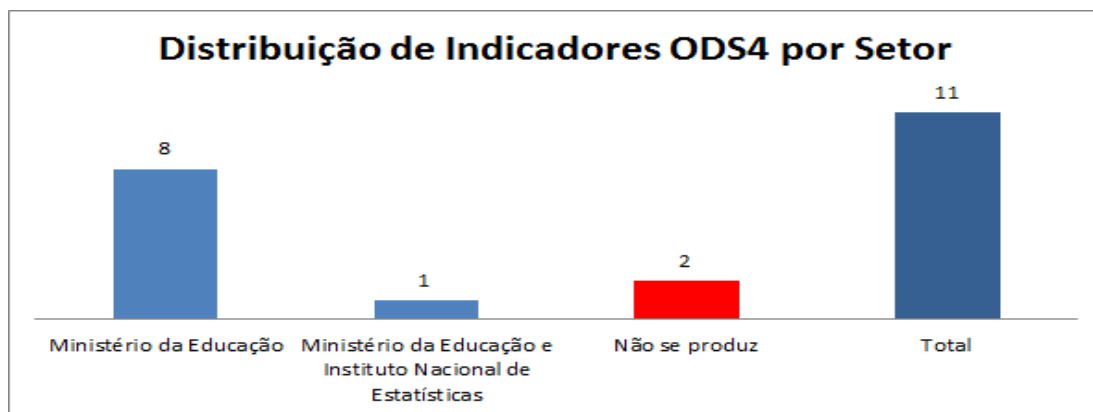


Fonte: Setores

Objetivo 4: Garantir O Acesso À Educação Inclusiva, De Qualidade E Equitativa E Promover Oportunidades De Aprendizagem Ao Longo Da Vida, Para Todos

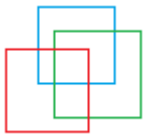
Para este objetivo que é composto por 11 indicadores, o Ministério da Educação produz 9, sendo que destes, 1 é produzido em parceria com o INE. Os não produzidos são: “**C040201**: 4.2.1 *Proporção de crianças menores de 5 anos de idade que estejam desenvolvendo, de acordo com a saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo*” e “**C040202**: 4.2.2 *Taxa de participação no aprendizado organizado (um ano antes da idade oficial de entrada na primária), por sexo*”.

Gráfico 4--Indicadores ODS 4



Fonte: Setores

Objetivo 5: Alcançar A Igualdade De Género E Empoderar Todas As Mulheres E Meninas



Dos 11 indicadores elencados para este objetivo, 10 são produzidos por entidades nacionais e 1 não é produzido. O Ministério da Justiça, o Ministério Público, o Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género, a Comissão Nacional de Eleições, o Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Estatística, são os responsáveis pela produção dos respetivos indicadores, conforme o quadro 1. O indicador não produzido é o “**C050302: 5.3.2 Proporção de meninas e mulheres de 15 a 49 anos que sofreram mutilação / corte genital feminino, por idade**”.

Quadro 1- ODS 5

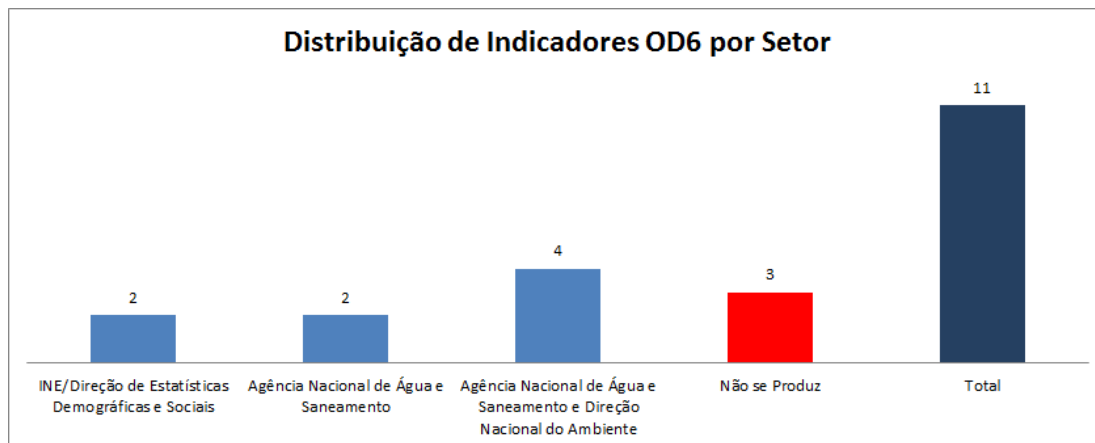
Instituição/Serviço	Nº de Indicadores
Polícia Nacional e Ministério Público	1
Polícia Nacional, Ministério Público e Polícia Judiciária	1
Ministério da Justiça/Registos Notariado e Identificação (RNI)	1
Instituto Nacional de Estatística	3
Comissão Nacional de Eleições (CNE)	1
Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género (ICIEG)	2
Ministério da Agricultura	1
Não se produz	1
Total	11

Fonte: Setores

Objetivo 6: Garantir A Disponibilidade E Gestão Sustentável Da Água E Saneamento Para Todos

Dos 11 indicadores presentes para este objetivo, 4 são produzidos pela Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e 3 não são produzidos, conforme o gráfico 5. Verificou-se 1 indicador que não se aplica à realidade Cabo-verdiana, que é o indicador “**C060502: 6.5.2 Proporção da área da bacia transfronteiriça com um arranjo operacional para a cooperação hídrica**”.

Gráfico 5--Indicadores ODS 6

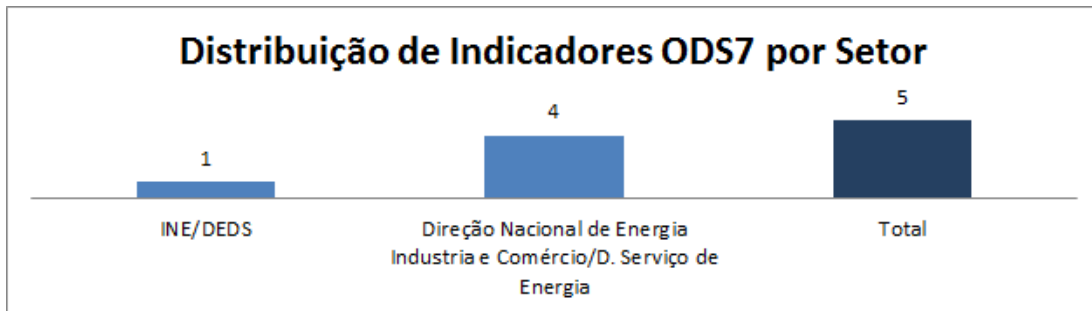
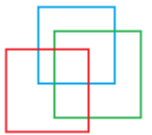


Fonte: Setores

Objetivo 7: Garantir O Acesso A Fontes De Energia Fiáveis, Sustentáveis E Modernas Para Todos

Dos 5 indicadores construídos para este objetivo, a maioria (4) é produzida pela Direção do Serviço de Energia da Direção Nacional de Energia Indústria e Comércio e 1 pelo INE.

Gráfico 6-Indicadores ODS 7

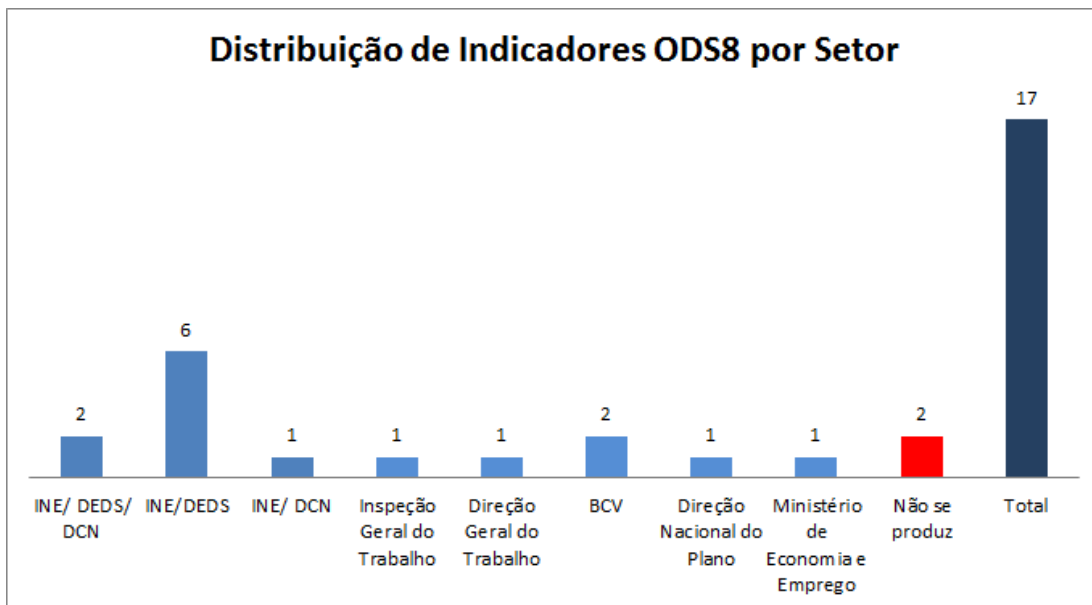


Fonte: Setores

Objetivo 8: Promover O Crescimento Económico Inclusivo E Sustentável, O Emprego Pleno E Produtivo E O Trabalho Digno Para Todos

De acordo com o gráfico 7, verifica-se que, dos 17 indicadores presentes para o objetivo 8, dois (2) deles não são produzidos. São estes o “**C200202: 8.4.1 Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB**” e o **C080902: 8.9.2 Proporção de empregados na atividade do turismo sustentável do total de empregados no turismo**”.

Gráfico 7-Indicadores ODS 8

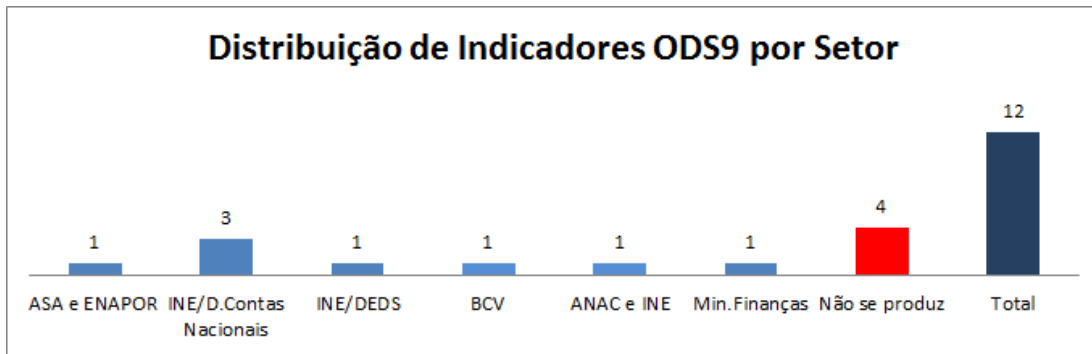
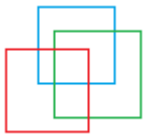


Fonte: Setores

Objetivo 9: Construir Infraestruturas Resilientes, Promover A Industrialização Inclusiva E Sustentável E Fomentar A Inovação

Dos 12 indicadores construídos para este objetivo, 4 não são produzidos. São eles: “**C090101: 9.1.1 Proporção da população rural que vive a 2 km de uma estrada fixa/permanente**”; “**C090401: 9.4.1 Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado**; **C090502: 9.5.2 Pesquisadores (in full-time) por milhão de habitantes**” e “**C090b01: 9.b.1 Proporção do valor acrescentado da indústria de média e alta tecnologia no VAB total**”.

Gráfico 8-Indicadores ODS 9



Fonte: Setores

Objetivo 10: Reduzir A Desigualdade Dentro Dos Países E Entre Eles

Para este objetivo, do total de 9 indicadores, apenas 1 não é produzido, conforme apresentado no quadro 2. O indicador em causa refere-se a “**C100701: 10.7.1 Custo de recrutamento suportado pelo empregado, em proporção do rendimento anual auferido no país de destino**”.

Quadro 2-Indicadores ODS 10

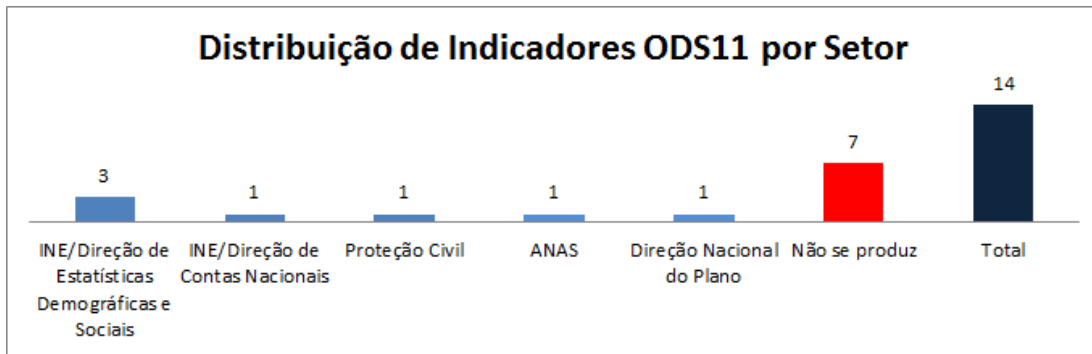
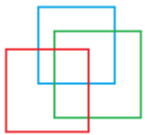
Instituição/Serviço	Nº de Indicadores
INE/Direção de Estatísticas Demográficas e Sociais	2
Ministério da Justiça/ CNDHC	1
INE/ Direção de Contas Nacionais	1
Banco de Cabo Verde (BCV)	3
Nações Unidas / United Nations	1
Não se produz	1
Total	9

Fonte: Setores

Objetivo 11. Tornar As Cidades E Comunidades Inclusivas, Seguras, Resilientes E Sustentáveis

Como se pode visualizar no Gráfico 9, dos 14 indicadores consignados para este objetivo, 7 são produzidos e 7 não o são. Os não produzidos são “**C110301: 11.3.1 Rácio entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento da população**”; “**C110302: 11.3.2 Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planeamento e gestão urbana que operam de forma regular e democrática**”; “**C110502: 11.5.2 Perda económica direta em relação ao PIB global, danos a infraestruturas críticas e número de interrupções aos serviços básicos, atribuídos a desastres**”; “**C110602: 11.6.2 Níveis médios anuais de partículas finas (por exemplo, PM2.5 e PM10) nas cidades (ponderada pela população)**”; “**C110701: 11.7.1 Participação média da área construída das cidades que é espaço aberto para uso público para todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência**”; “**C200305: 11.b.2 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres**” e “**C110c01: 11.c.1 Proporção de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos que é alocada para a construção e adaptação de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais**”.

Gráfico 9--Indicadores ODS 11

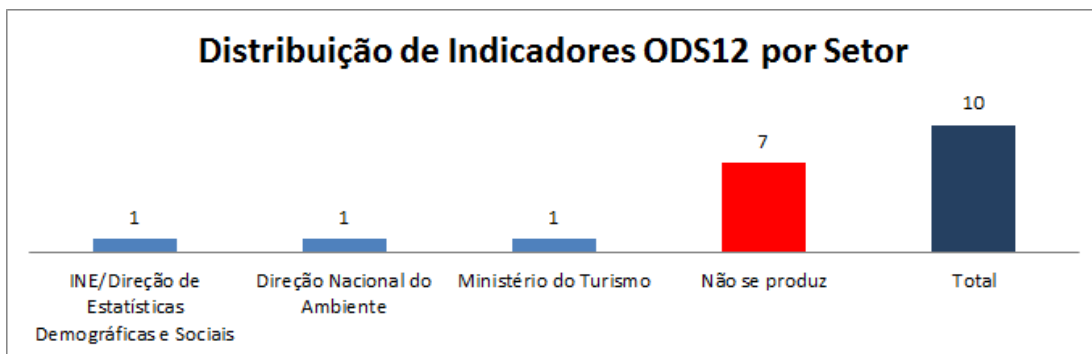


Fonte: Setores

Objetivo 12. Garantir Padrões De Consumo E De Produção Sustentáveis

Da visualização do gráfico 10, constata-se que a maioria dos indicadores não são produzidos, 7 dos 10 elencados, e 3 são produzidos pelas entidades nacionais. Estes 7 são: “**C200202**: 8.4.1 Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB”; “**C120301**: 12.3.1 Índice global de perda de alimentos”; “**C120402**: 12.4.2 Resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento”; “**C120501**: 12.5.1 Taxa de reciclagem nacional, toneladas de material reciclado”; “**C120601**: 12.6.1 Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade”; “**C120801**: 12.8.1 Extensão em que (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável (incluindo educação sobre mudanças climáticas) são incorporadas em (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos; (c) formação de professores; e (d) avaliação do aluno” e “**C120c01**: 12.c.1 Montante de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo) e em percentagem do total da despesa nacional em combustíveis fósseis”.

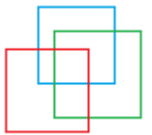
Gráfico 10--Indicadores ODS 12



Fonte: Setores

Objetivo 13. Adotar Medidas Urgentes Para Combater As Alterações Climáticas E Os Seus Impactos

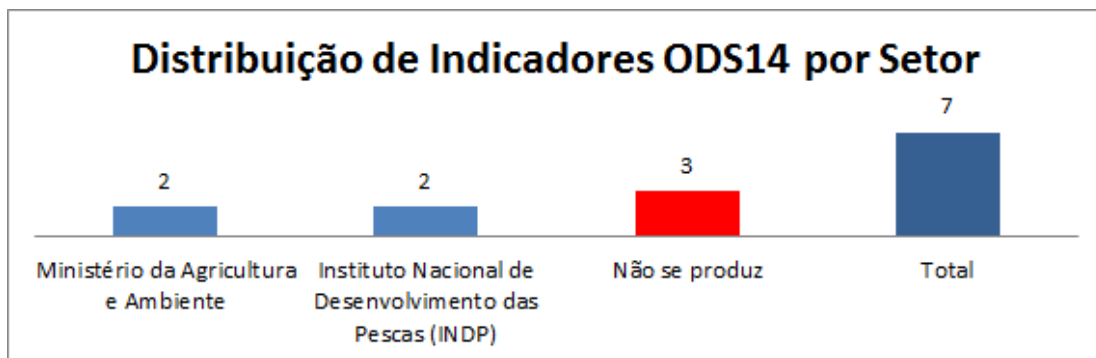
Neste objetivo, composto essencialmente pelos indicadores de avaliação entre países, dos 3 mensuráveis a nível do País, 2 são produzidos e 1 não o é. As entidades responsáveis pela produção dos mesmos são a Proteção Civil e o Ministério da Agricultura e Ambiente juntamente com as Nações Unidas. O indicador não produzido é “**C200305**: 13.1.3 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres”.



Objetivo 14. Conservar E Usar De Forma Sustentável Os Oceanos, Mares E Os Recursos Marinhos Para O Desenvolvimento Sustentável

Através da análise do gráfico 11 constata-se que, os indicadores do objetivo 14 são produzidos pelo Ministério da Agricultura e Ambiente e pelo Instituto Nacional de Desenvolvimentos das Pescas (INDP), tendo sido produzidos dois por cada serviço e ficando três por produzir. Estes três são: “**C140101: 14.1.1 Índice de eutrofização das águas costeiras e índice de densidade de resíduos plásticos flutuantes**”, “**C140701: 14.7.1 Percentagem do PIB atribuída à pesca sustentável nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países**” e “**C140a01: 14.a.1 Proporção do orçamento global de investigação atribuído à investigação no domínio da tecnologia marítima**”.

Gráfico 11-Indicadores ODS 14

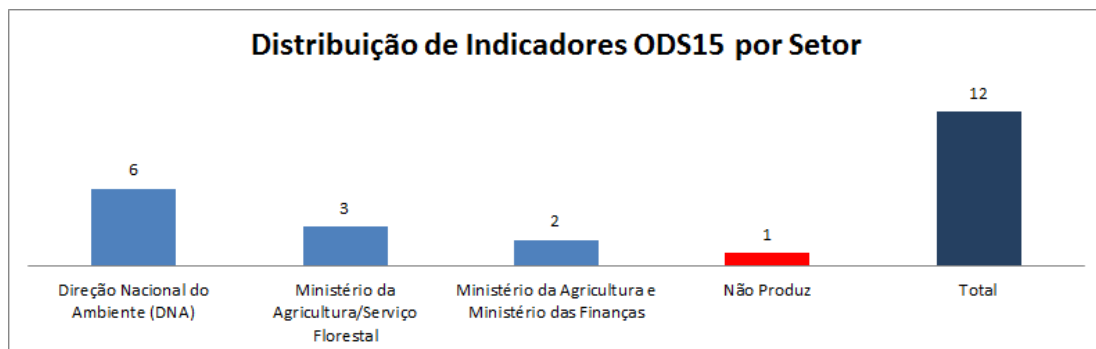


Fonte: Sectores

Objetivo 15. Proteger, Restaurar E Promover O Uso Sustentável Dos Ecossistemas Terrestres, Gerir De Forma Sustentável As Florestas, Combater A Desertificação, Travar E Reverter A Degradação Dos Solos E Travar A Perda De Biodiversidade

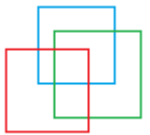
Da análise do gráfico 12 verifica-se que, dos 12 indicadores presentes para o ODS 15, a maioria (6) é produzida pela Direção Nacional do Ambiente, seguida do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e Ambiente com 3. O indicador não produzido refere-se a “**C150402: 15.4.2 Mountain Green Cover Index**”.

Gráfico 12-Indicadores ODS 15



Fonte: Sectores

Objetivo 16. Promover Sociedades Pacíficas E Inclusivas Para O Desenvolvimento Sustentável, Proporcionar O Acesso À Justiça Para Todos E Construir Instituições Eficazes, Responsáveis E Inclusivas Em Todos Os Níveis



Analisando o quadro 3, constata-se que, dos indicadores presentes no ODS 16, o Ministério da Justiça é quem produz em maior número e que 4 não foram produzidos. Os 5 não produzidos são: “**C160501:** 16.5.1 Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses”; “**C160502:** 16.5.2 Proporção de empresas que tinham pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno a um funcionário público, ou às quais foi solicitado um suborno por esses funcionários públicos, nos últimos 12 meses”; “**C160602:** 16.6.2 Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos”; “**C160702:** 16.7.2 Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional” e “**C160a01:** 16.a.1 Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, em conformidade com os Princípios de Paris”.

Quadro 3-Indicadores ODS 16

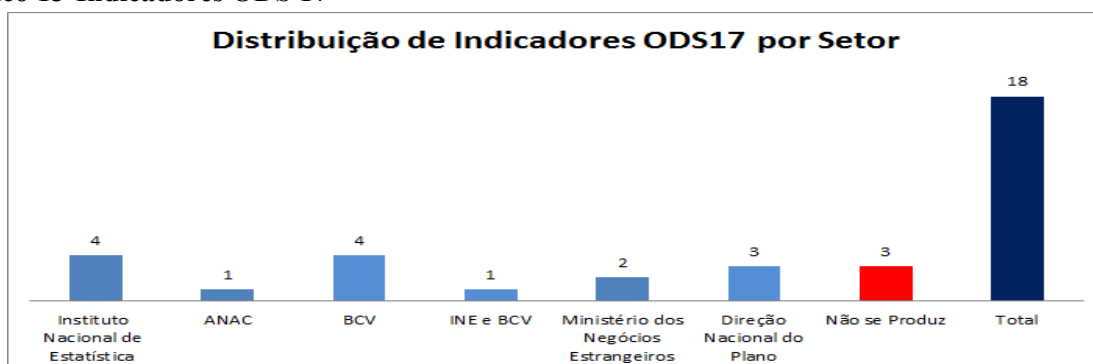
Instituição/Serviço	Nº de Indicadores
Ministério da Justiça (MJ) e Ministério da Administração Interna (MAI)	2
Ministério da Administração Interna (MAI) e Ministério Público (MP)	2
Ministério da Administração Interna (MAI)	2
Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente (ICCA)	1
Ministério da Justiça	6
ICIEG; Ministério Público; MAI	1
Direção Nacional do Plano	1
Administração Pública	1
Nações Unidas	1
Não se produz	5
Total	22

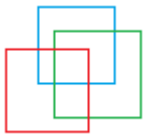
Fonte: Nos setores

Objetivo 17. Reforçar Os Meios De Implementação E Revitalizar A Parceria Global Para O Desenvolvimento Sustentável

O objetivo 17 é composto essencialmente por indicadores para medir o progresso entre países, dos quais 18 são adaptáveis ao nível do país. Destes, 15 são produzidos por entidades nacionais e 3 não são produzidos, gráfico 13.

Gráfico 13-Indicadores ODS 17



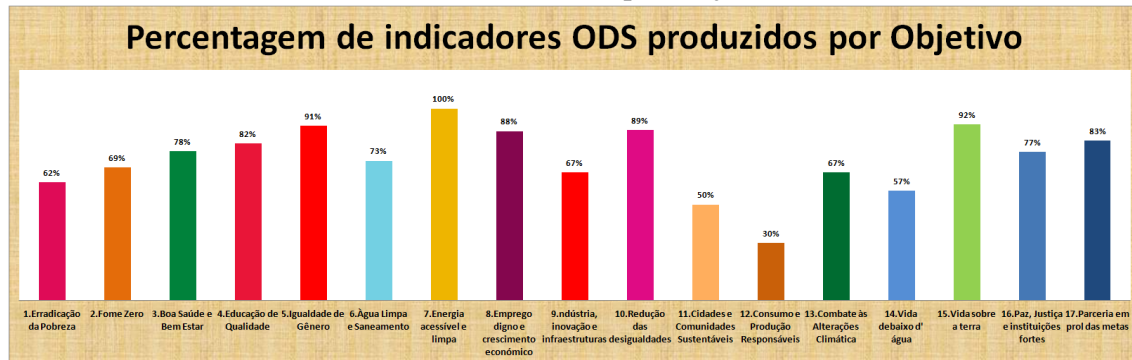


Fonte: Setores

Resumo Final

O gráfico 14 apresenta a percentagem de indicadores produzidos para cada um dos 17 ODS. No que concerne ao Objetivo 7 (Energia acessível e limpa), todos os indicadores presentes na Agenda 2030 são produzidos por entidades nacionais. Em segundo lugar está o Objetivo 5 (Igualdade de Género), com 91% produzidos. Os Objetivos 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis) apresentam as percentagens mais reduzidas, de 50% e 30%, respetivamente.

Gráfico 14-Distribuição dos Indicadores ODS em CV por Objetivos



Fonte: Setores

Da visualização do gráfico 15, constata-se que o INE produz indicador(es) em 13 dos 17 objetivos, portanto, na sua quase totalidade. O Objetivo 8 (Emprego digno e crescimento económico) é aquele em que o INE mais contribui na produção dos indicadores - 22%, correspondentes a 9 indicadores (vd. Quadro 2, Anexo). Os Objetivos em cuja produção de indicadores o INE ainda não tem nenhuma contribuição são: ODS 13 (Combate às Alterações Climáticas), 14 (Vida debaixo d'água), 15 (Vida sobre a terra) e 16 (Paz, Justiça e instituições fortes).

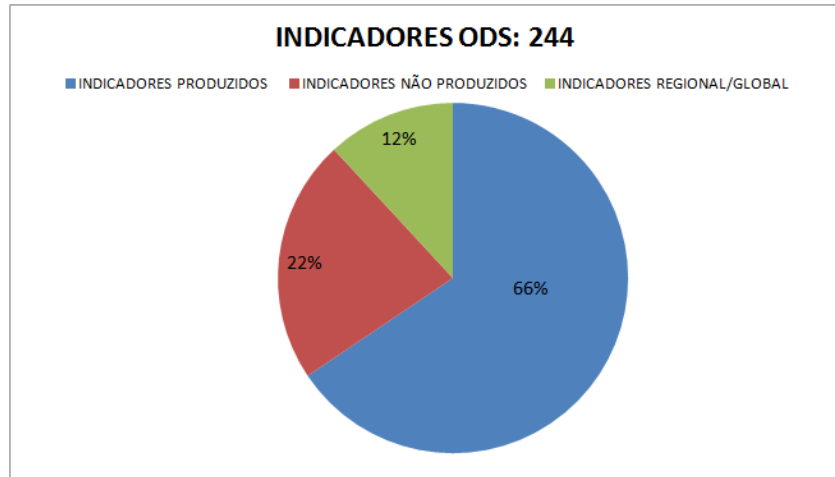
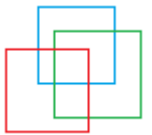
Gráfico 15-Indicadores produzidos pelo INE



Fonte: Setores

Da análise do gráfico 16, pode-se constatar que, do total dos indicadores presentes na Agenda 2030, 66% correspondentes a 160 (Anexo, Quadro 1) estão a ser produzidos pelas diversas entidades do Sistema Estatístico Nacional, 22% correspondentes a 55 indicadores não são produzidos e 12% correspondentes a 29 indicadores (Anexo, Quadro 3) não foram levados em conta na análise deste inventário, visto que são indicadores para avaliações regionais ou entre países.

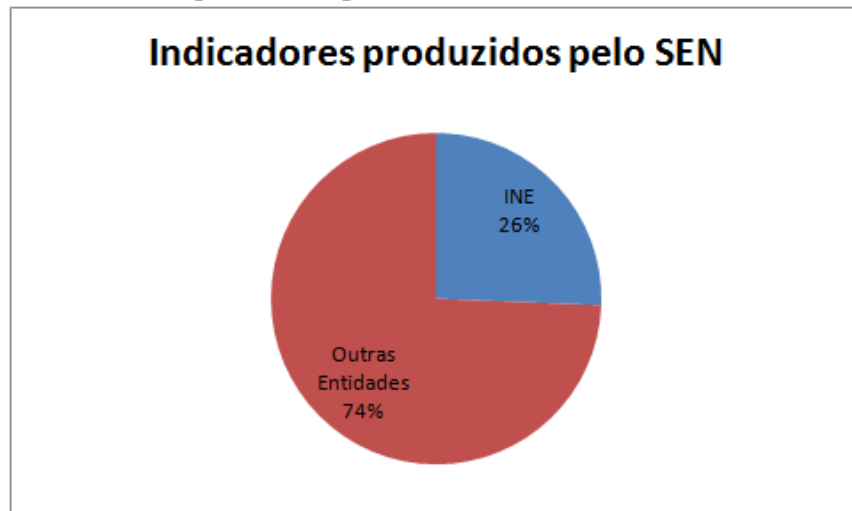
Gráfico 16-Indicadores ODS em CV



Fonte: Setores

Da totalidade dos indicadores produzidos pelo Sistema Estatístico Nacional (160), o INE produz 26%, correspondentes a 41 indicadores, e os restantes 74% por outras entidades nacionais, correspondendo a 119 indicadores, gráfico 17.

Gráfico 177-Indicadores ODS produzidos pelo INE

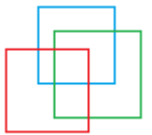


Fonte: Setores

Preocupações/Solicitações

Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC)

- ✓ Encontrar forma de introduzir nos inquéritos questões sobre o nível de conhecimento dos direitos humanos junto dos cidadãos. Isso porque, segundo a mesma, a sua perceção é de que a generalidade da população não conhece os seus direitos e não sabe para onde se dirigir quando esses direitos são violados;
- ✓ Em alguns inquéritos/estudos direcionados a funcionários públicos e/ou deputados, introduzir questões sobre conhecimento das convenções dos direitos humanos;
- ✓ Criar mecanismo para que cada setor, em cada ministério, tenha um serviço de estatística para junção dos dados administrativos necessários para a elaboração dos relatórios das convenções internacionais;



- ✓ Precisa de apoio para fazer um levantamento eficaz sobre a discriminação no setor da saúde, em função das muitas reclamações recebidas (os mais pobres têm deficiente atendimento em relação aos que têm mais posse) e para isso precisa de dados oficiais.

Proteção Civil

- ✓ Apoio do INE-CV na realização de inquérito/estudo sobre as zonas habitáveis que apresentam maior risco;
- ✓ Necessita de um serviço de estatística ou um estatístico para a recolha e tratamento de dados relacionados com perdas e danos resultantes dos desastres.

Direção Nacional do Ambiente

Seria útil a produção dos seguintes indicadores presentes no ODS 12:

- ✓ *“C120501: 12.5.1 Taxa de reciclagem nacional, toneladas de material reciclado”;*
- ✓ *“C120601: 12.6.1 Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade”.*

Direção Nacional de Energia, Indústria e Comércio/Direção Serviço de Energia

- ✓ O principal constrangimento reside na falta de financiamento que lhe permita fazer inventário sobre o consumo de biomassa (consumo de lenha para fins energéticos) e consumo de energia setorial (doméstico, comércio, indústria, transporte terrestre);

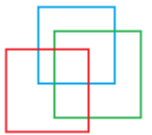
Instituto Nacional de Gestão do Território

- ✓ Nível de participação pública no processo de planeamento territorial e ambiental;
- ✓ Percentagem de espaço público e frequência de pessoas;
- ✓ Dados sobre segurança habitacional;
- ✓ Quantidade de conflitos que recaem sobre a propriedade do solo;
- ✓ Apoio para a produção do indicador: *“C010402: 1.4.2 Proporção da população adulta total com direitos de posse segura de terras, com documentação legalmente reconhecida e que percebem seus direitos de terrenos como seguros, por sexo e por tipo de posse”;*
- ✓ Percentagem de jovens com acesso a habitação.

Instituto Nacional de Saúde Pública

- ✓ Criar as condições para melhorar a capacidade diagnóstica que permita responder aos indicadores: *“C030901: 3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar ambiente e do ambiente” e “C030902: 3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída a água insegura, saneamento inseguro e falta de higiene (exposição a serviços inseguros de água, saneamento e higiene para todos (WASH))”.*
- ✓ O INSP está numa fase inicial de desenvolvimento de pesquisa; consequentemente no futuro poderá contribuir para responder ao indicador: *“C030b02: 3.b.2 Assistência líquida total de desenvolvimento oficial à pesquisa médica e aos setores básicos de saúde”.*

A perceção comum da maioria dos setores é de que existe um manancial de dados estatísticos disponíveis no sistema, mas, no entanto, mal aproveitados e mal otimizados. Por isso, querem melhorar a coordenação



e sinergia entre os setores na produção dos dados, valorizando, assim, os recursos disponíveis (financeiros e humanos).

Documentos/Sítios Eletrónicos Consultados

Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para um Desenvolvimento Sustentável <<http://www.paris21.org/nsdsguidelines/pt-pt/node/685>> Acedido em 02/10/17

United Nation Statistical Commission

<<https://unstats.un.org/unsd/statcom/47th-session/documents/>> Acedido em 18/10/17.

<<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>> Acedido em 08/10/17.

Tier Classification for Global SDG Indicators, 20/04/2017. Guia sobre Desenvolvimento Sustentável, 17 objetivos para transformar o nosso mundo, Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, NU.

Conselho Executivo (23 – 27 de Janeiro de 2015), AGENDA 2063, Relatório da Comissão sobre a Agenda 2063 da União Africana África que nós queremos em 2063, Vigésima Sessão Ordinária, Adis Abeba, Etiópia.

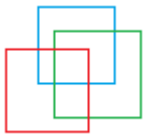
Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais

<<http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/reuniao-aprova-os-230-indicadores-referentes-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>> Acedido em 18/10/17.

ANEXO

Quadro 1 – Distribuição do nº de Indicadores por Objetivo

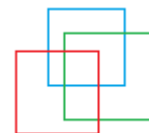
OBJETIVOS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE					
Objetivos	INDICADORES				
	INICIA L	GLOBA L	PRODUZIVEI S	PRODUZID O	NÃO PRODUZIDO
1. Erradicação da Pobreza	14	1	13	8	5
2. Fome Zero	13	0	13	9	4
3. Boa Saúde e Bem-estar	27	0	27	21	6
4. Educação de Qualidade	11	0	11	9	2
5. Igualdade de Género	14	3	11	10	1
6. Água Limpa e Saneamento	11	0	11	8	3
7. Energia acessível e limpa	6	1	5	5	0
8. Emprego digno e crescimento económico	17	0	17	15	2



9. Indústria, inovação e infraestruturas	12	0	12	8	4
10. Redução das desigualdades	11	2	9	8	1
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	15	1	14	7	7
12. Consumo e Produção Responsáveis	13	3	10	3	7
13. Combate às Alterações Climáticas	8	5	3	2	1
14. Vida debaixo d' água	10	3	7	4	3
15. Vida sobre a terra	14	2	12	11	1
16. Paz, Justiça e instituições fortes	23	1	22	17	5
17. Parceria em prol das metas	25	7	18	15	3
TOTAL	244	29	215	160	55

Quadro 2 – Indicadores Produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)

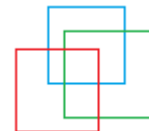
Objetivos	Indicadores INE	Percentagem
1. Erradicação da Pobreza	4	9,8%
2. Fome Zero	1	2,4%
3. Boa Saúde e Bem-Estar	2	4,9%
4. Educação de Qualidade	1	2,4%
5. Igualdade de Género	3	7,3%
6. Água Limpa e Saneamento	2	4,9%
7. Energia acessível e limpa	1	2,4%
8. Emprego digno e crescimento económico	9	22,0%
9. Indústria, inovação e infraestruturas	5	12,2%
10. Redução das desigualdades	3	7,3%
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	4	9,8%
12. Consumo e Produção Responsáveis	1	2,4%
13. Combate às Alterações Climáticas	0	0,0%
14. Vida debaixo d' água	0	0,0%
15. Vida sobre a terra	0	0,0%
16. Paz, Justiça e instituições fortes	0	0,0%



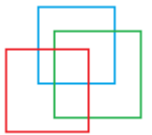
17.Parceria em prol das metas	5	12,2%
Total	41	100%

Quadro 3 – Indicadores Não Produzidos pelo SEN

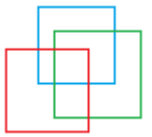
Objetivo 1	C200304	1.5.3 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres de acordo com o quadro Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030.
Objetivo 5	C050602	5.6.2 Número de países com leis e regulamentos que garantem o acesso total e igual a mulheres e homens com idade igual ou superior a 15 anos a cuidados, informações e educação em saúde sexual e reprodutiva.
	C050a02	5.a.2 Proporção de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante os direitos iguais das mulheres à propriedade e / ou controle da terra.
	C050c01	5.c.1 Proporção de países com sistemas para rastrear e fazer alocações públicas para igualdade de gênero e capacitação das mulheres.
Objetivo 7	C070a01	7.a.1 Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento que apoiem pesquisa e desenvolvimento de energia limpa e produção de energia renovável, inclusive em sistemas híbridos.
Objetivo 10	C100702	10.7.2 Número de países que implementaram políticas de migração bem gerenciadas.
	C100a01	10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicadas às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero.
Objetivo 11	C200304	11.b.1 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres de acordo com o quadro Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030.
Objetivo 12	C120101	12.1.1 Número de países com planos de ação nacionais de consumo e produção sustentáveis (SCP) ou SCP integrados como prioridade ou meta nas políticas nacionais.
	C120701	12.7.1 Número de países que implementam políticas e planos de ação de contratos públicos sustentáveis (Global).
	C120a01	12.a.1 Quantidade de apoio concedido a países em desenvolvimento para a investigação e desenvolvimento sobre consumo e produção sustentáveis e tecnologias ambientalmente seguras e racionais.
Objetivo 13	C200304	13.1.2 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais



		de redução de risco de desastres de acordo com o quadro de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030.
	C130201	13.2.1 Número de países que comunicaram o estabelecimento ou operacionalização de uma política / estratégia / plano integrados que aumenta sua capacidade de se adaptar aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o baixo desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa de forma a que não ameça a produção de alimentos (incluindo um plano nacional de adaptação, contribuição nacionalmente determinada, comunicação nacional, relatório de atualização bienal ou outro) (GLOBAL).
	C130301	13.3.1 Número de países que integraram mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce em currículos primários, secundários e terciários (GLOBAL).
	C130302	13.3.2 Número de países que comunicaram o fortalecimento da capacitação institucional, sistêmica e individual para implementar adaptação, mitigação e transferência de tecnologia e desenvolvimento.
	C130b01	13.b.1 Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento que estão recebendo apoio especializado e quantidade de apoio, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação, para mecanismos de capacitação para um planejamento e gestão efetivos relacionados às mudanças climáticas, incluindo focar em mulheres, jovens e comunidades locais e marginalizadas.
Objetivo 14	C140601	14.6.1 Progresso por países no grau de implementação de instrumentos internacionais visando combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.
	C140b01	14.b.1 Progresso dos países no grau de aplicação de um quadro legal / regulamentar / política / institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso à pesca em pequena escala
	C140c01	14.c.1 Número de países que fizeram progressos na ratificação, aceitação e implementação, através de enquadramentos legais, de políticas e institucionais, de instrumentos relacionados com o oceano que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos.
Objetivo 15	C150601	15.6.1 Número de países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para garantir a partilha justa e equitativa de benefícios.
	C150801	15.8.1 Proporção de países que adotam legislação nacional relevante e recursos adequados para a prevenção ou controle de espécies exóticas invasoras (GLOBAL).



Objetivo 16	C161002	16.10.2 Número de países que adotaram e implementaram garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação.
Objetivo 17	C170501	17.5.1 Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.
	C171101	17.11.1 Participação dos países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos nas exportações globais.
	C171401	17.14.1 Número de países com mecanismos em vigor para aumentar a coerência política do desenvolvimento sustentável.
	C171601	17.16.1 Número de países que informam o progresso nos quadros de monitoramento da efetividade do desenvolvimento de várias partes interessadas que apóiam a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável
	C171802	17.18.2 Número de países que possuem legislação estatística nacional que cumpra os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais.
	C171803	17.18.3 Número de países com um plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento.
	C171902	17.19.2 Proporção de países que (a) realizaram pelo menos um censo de população e habitação nos últimos 10 anos; e (b) obtiveram 100% de registo de nascimento e 80% de registo de óbitos.



4. As Boas Práticas do País em matéria de produção e seguimento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2030.

A entidade a nível nacional com a responsabilidade de avaliar e fazer o seguimento dos indicadores ODS é a Direção Nacional do Plano (DNP). No entanto, o Instituto Nacional Estatística de Cabo Verde (INE-CV), sendo o Órgão central do Sistema Estatístico Nacional, com responsabilidade para produzir basicamente toda a estatística oficial do país exceto as estatísticas monetárias e financeira, iniciou um projeto com vista a produção e seguimento dos indicadores ODS 2030. Dado a importância do tema “ODS 2030” optamos por dividir o projeto em 4 etapas a saber:

a) Inventariação dos Indicadores Produzidos no País

Com base na lista dos indicadores definidos para ODS 2030 (244 indicadores), fizemos uma análise pormenorizada dos objetivos, metas e os respetivos indicadores e, realizamos visitas de trabalho individualizadas a todos os setores que direta ou indiretamente produzem e trabalham com os indicadores ODS com o intuito de, identificar os indicadores produzidos, saber quem os produz e as dificuldades existentes para a sua produção. O resultado desse trabalho, permitiu o INE dispor de um diagnóstico completo sobre os indicadores ODS produzido e não produzidos no país.

b) Definir com a DNP os indicadores ODS que o País deve produzir e seguir

A segunda fase desse projeto, consiste num trabalho entre a instituição com a responsabilidade de produzir os indicadores do ODS (INE) e a instituição com a responsabilidade de fazer o seguimento e avaliação (DNP). O resultado desse trabalho, permiti-nos definir os indicadores que o governo de Cabo Verde assumiu na base dos ODS 2030. Consideramos essa etapa como sendo fundamental para o sucesso do projecto, daí o estreitar da relação entre o INE e a DNP.

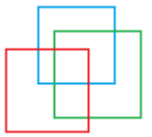
c) Definir a metodologia, o mecanismo e o financiamento para a produção dos indicadores ODS.

Definido os indicadores que o país passará a produzir e seguir, devemos trabalhar na definição da metodologia de produção desses indicadores bem como na identificação da fonte de financiamento das operações estatísticas com vista a responder aos indicadores ODS 2030. Realçar que o Plano Estratégico do Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017 a 2021) tem como um dos objetivos a produção e seguimento dos indicadores ODS. Na mesma linha, o Sistema Estatístico Nacional, esta no processo de elaboração da sua terceira Agenda Estatística para o período 2017 a 2021, de modo que, estamos a trabalhar no sentido de integrar na ENDE 2017 a 2021, todos os indicadores que o país definir e assumir com vista a responder os ODS 2030.

d) Criar um espaço no Site do INE para a divulgação e promoção de todo o assunto relacionado com os indicadores de ODS 2030.

A última componente desse projeto, consiste na criação de um espaço no site do INE- CV destinado a promoção e divulgação de todo o assunto relacionado com os ODS 2030.

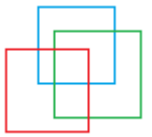




5. Cooperação Sul-Sul “Instituto de Estatística dos Palops”

A cooperação Sul-Sul no domínio da estatística “EM QUE CONSISTE” na articulação institucional, intercâmbio científico, tecnológico, partilha de conhecimento e experiência em matérias previamente identificada. “A MAIS VALIA PARA O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL” desta cooperação, é o fortalecimento da relação institucional, a melhoria e consolidação de todo o processo de produção de informação estatística e da qualidade da estatística produzida e das novas estatísticas a produzir. Entre 2008 a 2010, com o surgimento do “PROJETO PIR PALOP” deu-se início a uma verdadeira cooperação sul-sul entre os Institutos de Estatística dos países Palops, iniciando com uma inventariação das necessidades em termos de apoio técnico em cada um dos países bem como, a identificação da mais valia em termo de produção de informação estatística em cada um dos países. Desenhou-se um projeto com o apoio técnico e financeiro da União Europeia, em que o País com a mais valia numa determinada estatística, ficaria com a responsabilidade de apoiar tecnicamente os restantes países. Com isso, os Institutos de Estatística conseguiram melhorar a sua capacidade de produção, iniciar a produção de novas estatísticas, possuir um quadro de pessoal mais qualificado e, obter reconhecimento a nível interno e externo.

Existem significativas “DIFERENÇAS COM OUTRAS COOPERAÇÕES”, pelo fato dos países pertencerem à mesma comunidade, por partilharem história e culturas semelhantes e falarem a mesma língua, facilitando assim o processo de integração, de partilha e de execução das ações delineadas para o efeito. “OS ODS E A COOPERAÇÃO SUL-SUL” contribuem para o sucesso, eficiência e eficácia na produção, seguimento e avaliação dos indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, implicando a utilização de metodologias adequadas para a produção dos indicadores bem como, de métodos de verificação e controlo que facilita o seguimento e avaliação dos indicadores. Nesse sentido, a articulação institucional e a cooperação entre os diferentes produtores de informação estatística, reveste de capital importância para o cumprimento na íntegra dos objetivos de desenvolvimento sustentável 2030. Assim sendo, o estabelecimento da Cooperação Sul-Sul entre os Institutos de Estatística do espaço Palop, permite aos países garantir o sucesso na implementação e seguimento dos ODS contribuindo para o desenvolvimento sustentado dos Sistemas de Estatísticas dos países em via de desenvolvimento em resposta aos desafios atuais e as demandas constantes de informação estatística.



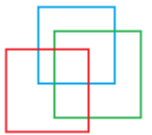
IV. Guiné-Bissau

6. Exemplo de boas práticas nacionais relativamente ao cumprimento dos ODS - caso da Guiné-Bissau

A realização da Agenda 2030 e da Agenda 2063 e resultado da integração, seguimento e avaliação dos objetivos preconizados, em planos nacionais.

Neste quadro foram realizadas as seguintes ações em prol da integração das duas Agendas no Plano Estratégico Operacional da Guiné Bissau:

1. Participação do país em vários ateliers regionais em matéria do diálogo sobre os ODS, nomeadamente,
 - a. No atelier de Lomé/Togo em Dezembro de 2015 sobre a Iniciação da Integração dos ODS no processo de planificação nacional;
 - b. No diálogo intersectorial em Dakar/Senegal em Junho de 2016, sobre a necessidade de consolidação do processo de integração dos ODS no plano nacional;
2. Recrutamento de um consultor nacional para a elaboração da metodologia de integração dos ODS no PEO;
3. Atelier do diálogo sobre a harmonização das agendas 2030 e 2063 no PEO em Julho de 2016;
4. Diversos Ateliers regionais para a disseminação e harmonização das Agendas 2030 e 2063;
5. Reunião de concertação sobre a metodologia de trabalho da hierarquização das metas dos ODS no PEO em Fevereiro de 2017;
6. Criação de 6 grupos temáticos para a integração, implementação e seguimento dos ODS na Agenda 2063;
7. Organização de Atelier para a disseminação das duas Agendas aos pontos focais dos grupos temáticos.
8. A Direção de Planificação Estratégica finalizou ao Guião Metodológico para a hierarquização e integração das metas e indicadores das Agendas 2030 e 2063 no PEO;
9. Elaboração do Roteiro de hierarquização e integração das metas e indicadores das Agendas no PEO;
10. Realização em Agosto da primeira reunião de coordenação com os coordenadores e adjuntos para fazer o ponto de situação dos trabalhos de grupo.



V. Moçambique

7. Boas Práticas em Moçambique: Plano de Acção para a eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil

A eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil é um compromisso que o Governo e a sociedade moçambicana assumiram no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

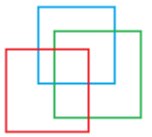
O Governo de Moçambique aprovou um Plano de Acção 2017-2022 que se enquadra na implementação do Pilar II do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 e baseia-se nos princípios fundamentais da Convenção no. 182, de 1999, sobre as Piores Formas do Trabalho Infantil, e da Convenção no. 138 de 1973, sobre a Idade Mínima para o Trabalho, ambos da OIT e ratificadas por Moçambique em 2003, sendo ainda um produto da recomendação do estudo sobre o trabalho infantil adoptado pelo Governo em 2016.

Configurando-se como componente de operacionalização do Pilar no. 4 da Política de Emprego, aprovada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução no. 29/2016, de 31 de Outubro, o plano estabelece princípios que orientam a sua implementação por meio de abordagens multisetorial e coordenada com o envolvimento das famílias, comunidades, sociedade civil, sector privado e das próprias crianças.

O plano de 5 anos concentra-se em cinco eixos estratégicos e respectivas metas, assentes em medidas de empoderamento, sensibilização, educação, retirada das crianças das piores formas de trabalho infantil bem como a penalização de infractores. Assim na área da educação e formação profissional prevê-se, de entre outras, o aumento de 1.000.000 crianças matriculadas no ensino primário público até 2019 e 590.000 jovens e adultos com acesso à educação profissional até 2022.

Paralelamente foi aprovada pelo Conselho de Ministros a lista dos trabalhos perigosos para as crianças.

Cartão vermelho contra as piores formas do trabalho infantil.



VI. Portugal

8. Projeto ACTION/Portugal - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

A cooperação entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Governo da República Portuguesa em matéria de segurança social já existe há trinta anos, tendo o primeiro acordo de cooperação sido assinado em 1982.

Ao longo dos anos o enfoque temático dos projetos foi sendo progressivamente reorientado, passando da luta contra a exclusão social para a extensão da proteção social, bem como a sua cobertura geográfica, passando de uma abrangência global aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) com um certo nível de concentração das intervenções em Cabo Verde e Moçambique.

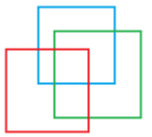
Assim, o presente projeto releva, por um lado, da necessidade de retomar e aprofundar o trabalho já realizado anteriormente no âmbito da proteção social (designadamente, projetos STEP/Portugal desenvolvidos também pela OIT) e, por outro, da importância que o GEP/MTSSS atribui à cooperação com os PALOP e Timor-Leste.

O projeto encontra-se alinhado, quer com o Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa e o Quadro Orientador do MTSSS para a Cooperação para o Desenvolvimento (2015-2020), quer com a Nova Agenda Global para o Desenvolvimento 2015-2030, que num dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o lado”), se compromete a atingir a meta de “implementar sistemas e medidas de proteção social adequados às realidades nacionais e para todos, e, até 2030, atingir uma cobertura substancial dos pobres e dos vulneráveis”.

Em concreto: o principal objetivo deste projeto é o de **contribuir para o aumento da cobertura dos sistemas de proteção social**, nomeadamente, através de:

- a. apoio às instituições nacionais na conceção, implementação e avaliação de programas de proteção social com vista à implementação de Pisos Nacionais de Proteção Social, contribuindo para os processos de diálogo nacional relativos à extensão da cobertura.
- b. reforço das capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social por meio de atividades de formação e capacitação.
- c. promoção do acesso dos PALOP e Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional.
- d. contribuição para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço de Pisos de Proteção Social.

O projeto terá como beneficiários diretos previstos as instituições públicas dos PALOP e de Timor-Leste implicadas no desenvolvimento e implementação dos pisos nacionais de proteção social; as instituições responsáveis pela administração da proteção social não contributiva e contributiva e as instituições encarregadas de programas e políticas de desenvolvimento económico e social e da redução da pobreza.



Está previsto que o projeto decorra entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, encontrando-se estruturado em duas fases:

- Na primeira fase (de setembro de 2015 até janeiro de 2016) proceder-se-á ao levantamento das necessidades de apoio de cada país, ao desenvolvimento e partilha de conhecimentos, bem como à disponibilização de formação.
- A segunda fase, que terá a duração de 35 meses (até dezembro de 2018), será definida a partir dos resultados alcançados na primeira fase e consistirá no fornecimento de assistência técnica aos países beneficiários.

O presente projeto é financiado pelo GEP/MTSSS e a sua implementação será da responsabilidade do Departamento de Proteção Social da OIT e do Programa de Proteção Social, Governança e Tripartismo do Centro Internacional de Formação da OIT.

Em síntese:

Países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Objetivos: Contribuir para o aumento da cobertura dos sistemas de proteção social, nomeadamente, através de:

- apoiar as instituições nacionais na conceção, implementação e avaliação de programas de proteção social com vista à implementação de Pisos Nacionais de Proteção Social, contribuindo para os processos de diálogo nacional relativos à extensão da cobertura.
- reforçar as capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social por meio de atividades de formação e capacitação.
- favorecer o acesso dos PALOP e Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional.
- contribuir para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço de Pisos de Proteção Social.

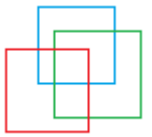
Beneficiários diretos: Instituições públicas dos PALOP e de Timor-Leste implicadas no desenvolvimento e implementação dos pisos nacionais de proteção social; instituições responsáveis pela administração da proteção social não contributiva e contributiva; instituições encarregues de programas e políticas de desenvolvimento económico e social e da redução da pobreza, etc..

Beneficiários finais: Pessoas excluídas ou não cobertas adequadamente pela proteção social (regimes contributivos e não contributivos) e seus familiares.

Período de execução: 1ª fase: de setembro de 2015 a janeiro de 2016. Fases sucessivas: de fevereiro de 2016 a dezembro de 2018.

Entidade executora: Departamento de Proteção Social (OIT) e Programa de Proteção Social, Governança e Tripartismo do Centro Internacional de Formação (OIT).

Entidade financiadora: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS).



9. Cooperação Internacional do INE: em expansão nos últimos quinze anos¹

O conceito de cooperação internacional utilizado neste texto corresponde ao conjunto de actividades desenvolvidas pelo INE no quadro da representação e colaboração com organismos internacionais – em particular no domínio da participação comunitária – e com entidades e instituições estrangeiras, bem como no âmbito da assistência técnica ao desenvolvimento dos sistemas estatísticos de outros países.

Estas actividades podem revestir várias formas, desde a prestação de informações estatísticas e a participação em reuniões internacionais, à realização de missões de assistência técnica ou de estágios, visitas de trabalho e acções de formação, bem como ao fornecimento de equipamentos, materiais ou serviços, designadamente informáticos, e são desenvolvidas quer no âmbito da cooperação bilateral, quer multilateral.

Situação nos anos 30/40 e evolução até 1989

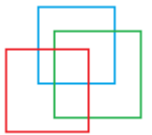
A cooperação internacional do INE na época da sua criação era praticamente inexistente, limitando-se à prestação de informações estatísticas a organismos estrangeiros ou internacionais e à participação em algumas reuniões internacionais, tais como sessões do Instituto Internacional de Estatística, a Conferência dos Estatísticos Europeus da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU), a Conferência Plenária da FAO e alguns grupos de trabalho da OCDE (então OECE), designadamente na área das Contas Nacionais.

O INE não dispunha, nos anos 30/40, de qualquer unidade orgânica dedicada aos assuntos da cooperação. A própria Lei no 1911, de 23 de Maio de 1935, que cria o Instituto Nacional de Estatística, não faz referência à cooperação, a qual consta, pela primeira vez, como competência legal do INE, do Decreto-Lei no 46925, de 29 de Março de 1966, que promulga a reorganização do Sistema Estatístico Nacional, ao estabelecer na alínea o) do seu artigo 12o que compete ao INE “Cooperar com as organizações estatísticas estrangeiras e internacionais, designadamente no aperfeiçoamento de técnicas estatísticas”.

Em termos de organização interna, esta competência foi atribuída, pelo Decreto no 46926, de 29 de Março de 1966, que promulga o Regulamento do Sistema Estatístico Nacional, à 7a Repartição (coordenação estatística), designadamente às Secções 18a (Intercâmbio) e 19a (Documentação), conforme disposto no artigo 14o, no no 3, “Compete à 18a Secção a prestação de informações estatísticas a entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais e a organização dos registos das informações prestadas” e no no 4, “Compete à 19a Secção: c) Manter as relações com os organismos internacionais e estrangeiros para estabelecer os intercâmbios convenientes e fazer a aquisição de publicações”.

A reorganização do SEN de 1973 (Decreto-Lei no 427/73, de 25 de Agosto), retoma as competências anteriormente atribuídas ao INE na área da cooperação com os organismos internacionais e transfere para o novo Serviço de Informações e Relações Públicas a competência para a prestação de informações estatísticas a entidades estrangeiras e internacionais (artigo 30o, alínea a) do Decreto no 428/73, de 25 de Agosto, que promulga o Regulamento do Sistema Estatístico Nacional), mantendo a

¹ Maria da Conceição Veiga, extracted from Setenta anos: O Instituto Nacional de Estatística ao Serviço da Sociedade Portuguesa / Page. 195



competência sobre o intercâmbio de publicações, anteriormente atribuída à 19a Secção, no novo Serviço de Documentação.

Para além das relações com os organismos internacionais, a cooperação bilateral do INE só teve o seu início em 1970 com o intercâmbio estatístico luso- espanhol, tendo sido realizadas nesse ano duas reuniões, uma em Lisboa e outra em Madrid, onde também se realizou uma reunião alguns anos depois, em 1979.

Em meados dos anos 70 registou-se também uma cooperação bilateral com a Noruega, para a implementação dos Quadros de Pessoal, que acabou por ter continuidade com o Ministério do Trabalho, tendo ainda sido realizados alguns estágios de funcionários do INE no Statistics Norway no início dos anos 80.

A cooperação com a França é também de assinalar, tendo tido início em 1977, para ajuda à montagem, no INE, de um sistema de contas nacionais, e continuado, no decurso dos anos 80, sob a forma de um programa de cooperação luso-francesa que se concretizou pela realização de estágios no INSEE de funcionários do INE e de missões de técnicos franceses ao INE, em determinadas áreas estatísticas.

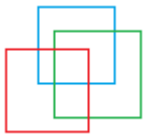
As relações do INE com o Eurostat têm início em 1978, no quadro da preparação da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, tendo começado nesse ano a participação de técnicos do INE, como observadores, em reuniões de Comités e Grupos de Trabalho comunitários, na área da estatística. Em princípios da década de 80, foi iniciada a participação portuguesa em operações estatísticas comunitárias, designadamente no Inquérito aos Preços no Consumidor, no quadro do cálculo das Paridades de Poder de Compra, e no Inquérito às Forças de Trabalho.

Com a reestruturação da orgânica do INE em 1979 (Decreto Regulamentar no71-C/ 79, de 29 de Dezembro), e atendendo ao novo quadro de cooperação internacional que se perspectivava para a instituição, em resultado, principalmente, da adesão de Portugal à CEE, foi criada, sob a responsabilidade da Divisão de Coordenação Estatística, uma Secção de Cooperação Técnica, que integrava duas pessoas e que estava incumbida de fazer as ligações com os técnicos e com os serviços envolvidos nas acções de cooperação estatística.

Em princípios da década de 80, foi dado início à cooperação estatística bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo a primeira acção ocorrido em 1981, numa missão do INE a Cabo Verde para preparação de um programa bilateral de cooperação com a Direcção-Geral de Estatística daquele país.

A cooperação estatística com os PALOP era, em grande parte, decidida e financiada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Instituto para a Cooperação Económica), tendo também a contribuição financeira do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, enquanto Tutela do INE.

A partir de finais da década de 80 e princípios da década de 90, a cooperação institucional com estes países passou a ser enquadrada pelos acordos bilaterais de estatística estabelecidos com o Estado Português, bem como por uma reunião dos Directores-Gerais dos INE (DGINE) dos Cinco, de Portugal e de Macau que teve lugar, pela primeira vez, em 1983, e que passou a ser institucionalizada, como reunião anual, a partir de 1991.

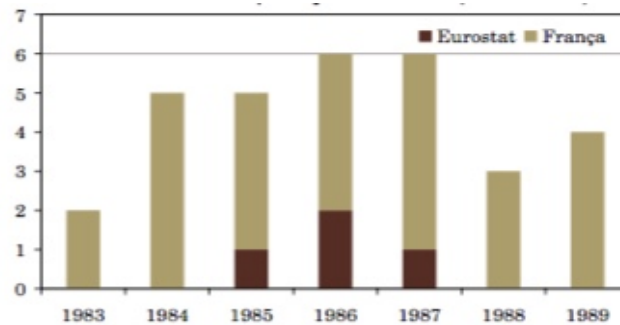


De acordo com a informação constante do relatório “Cooperação Técnica no Domínio da Estatística 1983-1988, previsões para 1989” elaborado pela Secção de Cooperação Técnica, neste período o INE recebeu apoio técnico do Eurostat, da Noruega e, principalmente, da França, e prestou assistência técnica, em particular, aos países africanos lusófonos.

As Figuras seguintes ilustram o número e tipo de acções desenvolvidas entre 1983 e 1989, ao nível europeu. 4.6.1

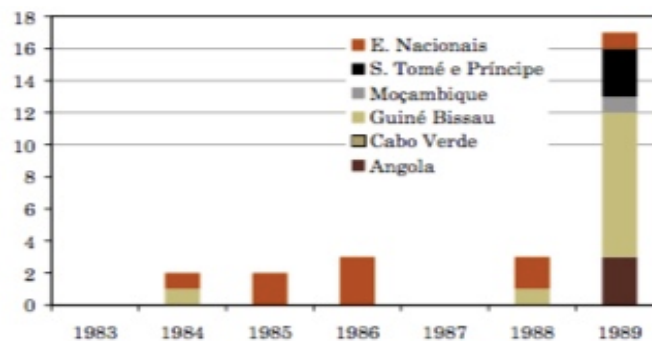
Evolução das Visitas e Estágios de funcionários do INE, por País/Organização internacional fornecedor de cooperação técnica (1983-1989)

Evolução das Missões de Cooperação Técnica ao INE, por País/Organização internacional fornecedor de cooperação técnica (1983-1989)

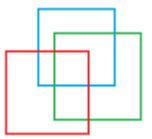


Quanto às acções realizadas com os PALOP, verifica-se que a Guiné-Bissau foi o principal beneficiário da cooperação institucional do INE, no período em apreço. As acções de cooperação levadas a cabo por técnicos do INE, a título individual, no âmbito das Nações Unidas, não constam desta análise².

Evolução das Missões de Cooperação Técnica do INE, por País e Entidade Nacional receptores de Cooperação (1983-1989)



² As “entidades nacionais” representadas no gráfico são Macau, Serviço Regional de Estatística dos Açores, Serviço Regional de Estatística da Madeira, Comissão de Coordenação da Região Norte, Comissão de Coordenação da Região Sul e Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.



10. Harmonising the compilation of the consumer price index in Cabo Verde and Mozambique³

How to better measure the consumer price index?

The consumer price index (CPI) is the most common macroeconomic indicator produced by national statistical offices. It is often used in the formulation of monetary policy, to identify the sources of price changes, as a price deflator in the compilation of real economic statistics and indicators, for indexation purposes and for comparing national inflation with that of other countries. This index is considered one of the key indicators in deciding the main drivers for economic and social policy.

Consumer price index producers in developing countries face several challenges, the most relevant being the lack of tools that can ensure international comparability and harmonisation and allow for compiling reliable results. Moreover, the common practices used for price collection do not allow for microdata quality control. Simple tools like Excel-based spreadsheets, for example, are not the most suitable. Mainly, they are error-prone by failing to ensure a stable compiling model. They also may not guarantee the continuity of operational procedures closely linked to the manipulation of spreadsheets. Additionally, an Excel-based model does not allow for scalability of a database that increases over time, and cannot cope with concurrent use by multiple operators.

A CPI-compiling software system, based on specifications derived from international standards, was needed to resolve specific problems faced by index compilers, such as product substitution, basket and outlets resampling, weights updating, data collection, data analysis and support for the dissemination process. This generalised system for compiling a consumer price index – the Inflation Indicators System – was developed in 2006 for Cabo Verde and reviewed in 2009 for use in Mozambique. It has been in continual use, and its flexibility allowed for an adjusted version for compiling the Touristic Price Index in Cabo Verde in 2014.

Developing a new system to measure the consumer price index

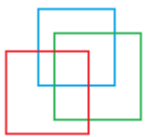
An effective CPI software system must comply with international and methodological reference standards that ensure: the quality of the results; their adherence to the observed reality; their comparability; and their responsiveness to users' needs along with index compilation capabilities. This system is important for allowing indices to be produced within a standardised methodological framework and with respect for international recommendations, making these indices acceptable worldwide due to their comparability – a key element of their use.

The Inflation Indicators System is dedicated to the production of the CPI and incorporates those resources instrumental in index compilation. The main features of the system are as follows:

Statistical component:

- adapted to reality by its capacity to adjust to the real conditions of the market where transaction prices are observed, and to the specific circumstances of statistical production

³ Daniel Santos | daniel.santos@ine.pt José Figueiredo | jose.gueiredo@ine.pt, extracted from the OECD's Development Co-operation Report 2017, page 52



- adapted to international standards and respecting the concepts and methodologies established for compiling indicators, and with the quality and precision that make results internationally comparable.

Information technology component:

- Flexible and open to suit diverse environments, adapting to the requirements of national statistical offices and the local conditions of the statistical production
- Developed in a modular structure enabling updates and new features to be easily added
- Allowing dedicated and self-training programmes using a demo database.

The development of the statistical component was preceded by an evaluation of the consumer price index production environment for each of the target countries. The objectives were: to assess current technical conditions for CPI production; to assess availability of human and physical resources and staff skills; and to identify non-compliance with best practices. Most issues were identified and addressed with the new software, e.g. non-representative sampling, index coverage, weights obsolescence, substitution effects, elementary indices formula, product/outlet replacements, treatment of missing prices, use of standardised units, quality adjustment procedures, treatment of specific and seasonal products, lack of quality control and dissemination in a normalised format.

This new software system helps manage consumer price index production, quality evaluation and longitudinal analysis. It allows for: yearly resampling of consumer baskets or outlets since it uses a Laspeyres-type chained index; computing average prices and indices at geographical level; quality management of field operations and data entry; validating for data reliability; analytical control of data detecting abnormal values; automatic dissemination mechanisms; access control to the different functionalities; and provision of operational management indicators.

Obtaining efficient delivery of consumer price index reforms

Key success factors in the new system for compiling the consumer price index can be perceived from three angles:

1. In general:

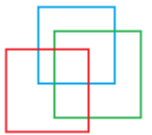
- The commitment of both organisations (donor and beneficiary national statistical offices)
- A clear evaluation of needs and constraints
- Planning and monitoring of the project activities and related tasks
- Project management
- Efficient remote communication between teams using a specialised platform.

2. Regarding the development of the software system:

- Clear objectives and specifications
- Iteration and continuous communication between statistical and information technology teams
- Availability of tools and knowledge in the use of the system.

3. Concerning the Inflation Indicators System's implementation and use:

- Ease of training for users (in-house or remote training) and broad documentation

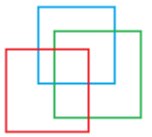


- System reliability allowing remote updates
- Enforcing the organisation of the production process.

Furthermore, some other benefits of the system should be highlighted: possible extension to other statistical indices, high-level quality control features, and the minimisation of routine tasks to give room for analysis.

KEY POINTS:

- Consumer price index producers in developing countries face a lack of tools that can ensure international comparability and harmonisation and allow for compiling reliable results.
- The Inflation Indicators System is a new system dedicated to the production of the consumer price index and allowing for the production of indices in a framework of methodological standardisation and with respect for international recommendations.
- The Inflation Indicators System has demonstrated its success through factors such as ease of training for users, system reliability allowing remote updates, and the enforcing of a generic organisational structure on the production of the consumer price index.



VII. São Tomé e Príncipe

11.E-STP: Trabalho Digno e Crescimento Económico no âmbito do objetivo 8 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Historial do País

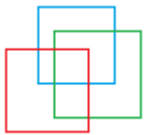
A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado Soberano desde 1975, com um rendimento médio-baixo, sendo um pequeno estado insular em desenvolvimento com uma economia frágil. É um país altamente vulnerável a choques exógenos, composto geograficamente por duas ilhas e demais ilhotas adjacentes, localizado no Golfo da Guiné, a 350 km da costa oeste africana. Com uma área territorial de 1.001 km², este país de língua oficial portuguesa tem uma população total de 193,712 mil habitantes (2016) e um PIB per-capita de \$ 1.760,39 em 2016. Segundo os dados estatísticos disponíveis, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 foi estimado em USD 341 milhões a uma taxa de crescimento do PIB real de 4,1%, uma taxa de inflação do mês de Setembro de 2017 situado em 5,4% e a taxa de desemprego atingiu 13,6% em 2012. Por outro lado, no que diz respeito ao Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), São Tomé e Príncipe em 2013 ocupou o 142º lugar entre 187 países do mundo com um índice de 0,558. A proporção da população urbana tende a crescer registando 67% a nível Nacional em 2012 contra 54,5 % em 2001. É uma população extremamente jovem, dado que mais de metade, (52,1%), tem menos de 20 anos, enquanto, as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos representam apenas 4% do total, que é confirmada pela taxa de crescimento demográfico de 3,2%.

O País continua a enfrentar desafios significativos para ultrapassar a insularidade, a pequena dimensão do mercado, a vulnerabilidade a choques naturais e às alterações climáticas, o seu limitado capital humano, e os escassos recursos negociáveis para gerar um crescimento sustentável e inclusivo e reduzir a pobreza. Analisando a situação da pobreza em São Tomé e Príncipe, constata-se que os dados disponíveis evidenciam um índice de pobreza em declínio, ou seja, a pobreza extrema saiu de 53,8% em 2001 para 49,6% em 2010. A pobreza é mais acentuada nos agregados dirigidos por mulheres, representando 71,3% contra 63,4% nos dirigidos por homens (INE, 2013, Relatório sobre Inquérito aos Orçamentos Familiares – IOF-2010).

São Tomé e Príncipe e os ODS

Uma abordagem geral sobre os progressos alcançados, no que diz respeito as metas dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento (ODM), volvidos os 15 anos de implementação, e de acordo ao terceiro e último Relatório de Progresso de 2014, São Tomé e Príncipe conseguiu efetivamente atingir integralmente os ODM 2 e 4, ou seja, respetivamente o “Universalizar a educação primária, assegurando a educação primária para todos” e “Reduzir a mortalidade infantil abaixo de 5 anos”. Estes resultados foram alcançados graças aos esforços consentidos pelas autoridades nacionais, sobretudo nas últimas décadas.

É importante abordar sobre a articulação entre os ODM e ODS, ao qual se constatou que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 basearam-se sobre os Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento (2015), com a finalidade de complementar algumas metas do milénio que não foram alcançadas no horizonte 2015 e outras que não foram consideradas (justiça, paz, prosperidade, etc.).



Espera-se que durante a implementação dos ODS seja instituído mecanismos de prestação de contas periódicas, por parte dos governos às suas populações, quanto ao progresso rumo às metas traçadas, o envolvimento dos poderes autárquicos para a abordagem da temática dos assentamentos humanos degradados em torno dos centros urbanos, bem como a participação ativa de organizações da mulher e da juventude.

Dentre os dezassete (17) ODS adotados pelo mundo, São Tomé e Príncipe optou por cinco (5) objetivos prioritários não descorando dos outros, que vão de encontro com a visão das autoridades nacionais com a Agenda de Transformação do país no horizonte 2030, sob o lema “o país que queremos construir”. Esta visão de desenvolvimento será de longo prazo que visa transformar o país de tal forma que “os são-tomenses vivam dignamente, num país estável, democrático e solidário, modernizado, capaz de oferecer serviços de qualidade ao nível da região e ao nível global”.

Os ODS vão ajudar a cumprir os direitos humanos de todos, alcançar a igualdade de género e empoderamento das mulheres e meninas. Todos os objetivos de desenvolvimento sustentável são integrados e indivisíveis para melhor equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: **o crescimento económico, a melhoria da qualidade do ambiente e melhoria da sociedade.**

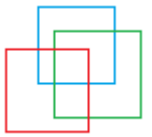
Considerando a implementação da Agenda do Desenvolvimento Sustentável (ADS), registou-se em São Tomé e Príncipe progressos significativos e notáveis com a ratificação de três convenções ambientais do Rio, e outras convenções sobre este fenómeno das mudanças climáticas. São Tomé e Príncipe Tomou como Prioridade 5 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para sua agenda de transformação incluindo o objetivo 8 dos ODS. Neste sentido segue abaixo mencionado as ações que o país já desenvolveu neste âmbito.

Objetivo 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

O objetivo 8 diz respeito ao crescimento económico, trabalho e ao emprego, sendo composto por dez metas relativa ao crescimento per capita, produtividade, políticas para o desenvolvimento, produção e consumo sustentáveis, pleno emprego e trabalho decente para todos e todas, desemprego jovens, trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de pessoas, direitos dos trabalhadores e acesso a serviço financeiro.

Neste domínio várias ações estão sendo feitas para o País atingir as metas definidas neste objetivo, onde a Direção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional - DTEFP, órgão técnico de regulação e acompanhamento das relações jurídicas de trabalho, com competência para propor a regulamentação das relações de trabalho e produzir informações sobre o mercado de trabalho. Sendo assim verifica-se algumas ações levadas a cabo para o desenvolvimento deste objetivo a nível nacional.

- Programa Trabalho para o País Decente (PPTD 2013 - 2016) relançado PPTD 2018 – 2021.
- Plano Nacional de ação de luta Contra
- Trabalho Infantil e definição das piores formas de trabalho infantil em S. Tomé e Príncipe.
- Estratégia Nacional do Emprego.
- Seminários Distritais de Divulgação dos serviços da Direção do Emprego e formação Profissional.
- Seminários Distritais de Divulgação dos serviços da Direção do Emprego e 5 formação



Profissional.

- Aprovação do Regulamento da Inspeção do Trabalho, aplicação coerciva da Lei 6/92 Condições Individuais do Trabalho.

Dificuldades e desafios no controlo nacional dos ODS

A implementação da Agenda de Transformação, que obviamente constitui uma das estratégias para a realização dos ODS, terá um impacto positivo para o desenvolvimento do país. Entretanto, existem riscos associados a execução desta agenda e, consecutivamente dos ODS. São estes os seguintes riscos e dificuldades:

- Fraca capacidade de mobilização de financiamento para o desenvolvimento dos projetos estruturantes no domínio da PPP e o programa de investimento público prioritário 2016-2019;
- Fraca capacidade de absorção do país, com realce para a administração; e,
- O risco político e a debilidade dos serviços jurídicos do Estado.

Considerações Finais

O Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe denota-se a uma insuficiência relativo aos indicadores específicos de desenvolvimento sustentável que permitam medir o acompanhamento sério desses objetivos. Este fator constitui um desafio importante no âmbito das estatísticas no processo de recolha de dados, o que constitui um problema sobretudo para a produção de estatísticas das contas Nacionais, a fim de fazer avaliação mais precisa dos 5 objetivos escolhidos. Para acompanhar desenvolvimento e atingir as metas desses objetivos a equipa do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe tem desenvolvido ações no seguinte âmbito :

- Avaliação da actual ENDE (2009-2018) ;
- Elaboração da nova ENDE (2018-2021) ;
- Ratificação da Carta Africana de Estatística;
- Revisão do actual Estatuto Orgânico; o Utilização da TIC ;
- Programa de atelier para definições de indicadores relacionados com ambiente ;
- Maior utilização de dados administrativos ;
- Formação dos Mídias sobre estatística ;
- e os estáticos sobre a Comunicação Social.

Contudo, surge a necessidade de reorganizar os órgãos produtos do SEN, no sentido de se começar a produzir os respetivos indicadores visando atingir o progresso com a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento.